

# Diário do Legislativo de 21/05/2008

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

### LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

### LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

### LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

### LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente  
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente  
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV  
Franco

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Chico BSD  
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD  
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente  
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Padre PT  
João

Deputado Wander BSD  
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputado Sebastião BSD  
Costa

Deputado Durval PT  
Ângelo

Deputado Doutor BSD  
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente  
Abramo

Deputado BSD  
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM  
Alves

Deputado Neider PP  
Moreira

Deputado Hely PV  
Tarquínio

Deputado PDT  
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Lúcia Mendonça Maria DEM

Deputada Rosângela Reis PV

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente  
Tadeu Leite

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM  
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD  
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente  
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente  
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD  
Maria Resende

Deputado Vanderley PP  
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD  
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Lafayette BSD  
de  
Andrada

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

Deputada Elisa PT  
Costa

Deputado Agostinho PV  
Patrús  
Filho

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD  
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente  
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente  
Avelar

Deputado Almir PT  
Paraca

Deputado Inácio PV  
Franco

Deputado Wander BSD  
Borges

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente  
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente  
João

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Antônio BSD  
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD  
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado                      BSD      Presidente  
Lafayette                      de  
Andrada

Deputado                      PV      Vice-Presidente  
Agostinho                      Patrús  
Filho

Deputada                      BSD  
Gláucia  
Brandão

Deputado                      PMDB  
Gilberto  
Abramo

Deputado                      PP  
Vanderlei  
Jangrossi

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite                      BSD

Deputado                      Rômulo      PV  
Veneroso

Deputado Ademir Lucas                      BSD

Deputado Antônio Júlio                      PMDB

Deputado Dimas Fabiano                      PP

## COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado                      Carlos      BSD      Presidente  
Mosconi

Deputado                      Hely      PV      Vice-Presidente  
Tarquínio

Deputado                      Ruy      DEM  
Muniz

Deputado                      Carlos      PDT  
Pimenta

Deputado                      Doutor      BSD  
Rinaldo

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago                      BSD

Deputada Rosângela PV  
Reis

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – segundas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente  
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente  
Cesar

Deputado Délio PV  
Malheiros

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

Deputado DEM  
Leonardo Moreira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado

Deputado Jayro Lessa DEM

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente  
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente  
Costa

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD  
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM  
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente  
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente  
Araújo

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Djalma BSD  
Diniz

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente  
Braz

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputado Zezé BSD  
Perrella

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

#### OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

#### SUMÁRIO

##### 1 - ATAS

1.1 - 18ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Estado de Israel pelos 60 anos de sua criação

##### 1.2 - Reunião de Comissões

##### 2 - ORDENS DO DIA

##### 2.1 - Plenário

##### 2.2 - Mesa da Assembléia

##### 2.3 - Comissões

##### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 3.1 - Plenário

##### 3.2 - Comissões

##### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

##### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

##### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### 7 - ERRATA

#### ATAS

Presidência da Deputada Gláucia Brandão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução dos Hinos de Israel e Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Sílvio Musman - Palavras da Sra. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Ademir Lucas - Gláucia Brandão - João Leite - Weliton Prado.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Gláucia Brandão) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais; Vereador Paulo Lamac, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Carlos Albérico Villar, Cônsul-Geral do Uruguai; Luiz Sérgio Steinecke, Diretor Executivo da Confederação Israelita do Brasil - Conib -; Deputado Ademir Lucas; e Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Rabino Leonardo Alanati, da Congregação Israelita Mineira; Nathan Lerman, Diretor de Desenvolvimento de Sistema da Prodemge; da Exma. Sra. Karen Milstein, Presidente da Escola Israelita Theodor Herzl; do Exmo. Sr. Jacques Ernest, Presidente do Instituto Histórico Israelita Mineiro; da Exma. Sra. Ana Zarnovski, Presidente da Na'amat Pioneiras; do Exmo. Sr. Paulo Henrique Jelikovichi, Presidente do Movimento Juvenil Judaico Habonim Dror; da Exma. Sra. Pastora Elizabeth Lelis Tavares, Presidente do Ministério Profético por Israel; e dos Exmos. Srs. Marcelo Guimarães, Presidente do Ministério Ensinando de Sião; e Salvador Ohana, Vice-Presidente para Assuntos de Tecnologia Empresarial da Câmara de Diretores Lojistas de Belo Horizonte.

Gostaríamos de registrar mensagem da Exma. Sra. Tzipora Rimón, Embaixadora de Israel, endereçada ao Deputado João Leite e ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Assembléia, neste ato representado pela Deputada Gláucia Brandão, manifestando seus agradecimentos pelo convite da Assembléia. Infelizmente, em razão de compromissos marcados previamente, ela não pôde comparecer a esta solenidade.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Estado de Israel pelos 60 anos de sua criação.

Execução dos Hinos de Israel e Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir os Hinos de Israel e Nacional.

- Procede-se à execução dos hinos.

Palavras do Deputado João Leite

Exmos. Srs. Deputados e Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais; Vereador Paulo Lamac, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Carlos Albérico Villar, Cônsul-Geral do Uruguai; Luiz Sérgio Steinecke, Diretor Executivo da Confederação Israelita do Brasil - Conib -; Deputado Ademir Lucas; senhoras e senhores, boa-noite.

É um privilégio podermos reunir-nos para esta celebração tão importante na Assembléia Legislativa. Nos últimos dias, essa manifestação da comunidade judaica está ocorrendo por todo o mundo, e tivemos oportunidade de acompanhar toda a repercussão na mídia no Brasil, lembrando esse momento tão importante da nossa história.

O Estado de Israel está completando 60 anos de criação. Pelo quarto ano consecutivo, tenho um enorme prazer de, nesta data, ocupar a tribuna da Assembléia Legislativa de Minas Gerais para saudar essa nação obstinada, que tem sido reagrupada em seu território, local a eles destinado pelo próprio Deus. Disse o Senhor: "Ali me encontrarei com os israelitas, e o lugar será consagrado pela minha glória". Esse é um país sobrenatural.

Durante esse tempo na Assembléia Legislativa, tenho tido o prazer de acompanhar a comunidade em diversas lembranças. Sei que muitos dos meus colegas Deputados queriam estar aqui hoje. Estou muito feliz com a presença do Deputado Ademir Lucas e da Deputada Gláucia Brandão, mas outros acompanharam manifestações importantes que a comunidade fez recentemente em Belo Horizonte.

Quero lembrar da exposição dos desenhos do campo de concentração de Terezin, que aconteceu na Biblioteca Pública, na Praça da Liberdade, e emocionou a todos. Foram muitos os que a visitaram. Recentemente, com a presença da Federação e da comunidade, a Assembléia Legislativa

lembrou o holocausto e a resistência do povo do Gueto de Varsóvia em evento realizado em nosso teatro. Em razão dessa presença permanente da Federação e da comunidade no Parlamento mineiro, temos tido oportunidade de viver esses momentos tão marcantes da história e temos procurado, de alguma forma, levar o tema ao povo de Minas Gerais e aos órgãos governamentais, por meio deste Parlamento e da TV Assembléia, a fim de que Minas Gerais e o Brasil tenham conhecimento da história desse povo sobrenatural, povo que tem dado grande contribuição para o mundo. Queria lembrar de uma muito importante: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que nasce da resistência do povo judeu e que é tão importante para a consolidação da democracia no mundo. A própria Constituição brasileira está apoiada na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A independência de Israel foi oficialmente anunciada em 14/5/48, baseada numa resolução aprovada pela Organização das Nações Unidas - ONU -, numa reunião presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, em que os sionistas venceram por 33 a 13, prenunciando que a divisão do território da Palestina em dois Estados, um árabe e um judeu, não se efetivaria de forma pacífica.

Aproximadamente 800 mil judeus residentes em países como Síria, Iraque, Tunísia, Líbia e Iêmen deixaram às pressas seus lares, pois lá eram estrangeiros, indo para o território de Israel, tornando-se imediatamente cidadãos israelenses. Hoje são mais de 7 milhões.

O estabelecimento do Estado de Israel tem como princípio o Estado judeu democrático, baseado em liberdade, justiça e paz, procurando sempre estabelecer relações pacíficas com os Estados árabes vizinhos, assim como é com o Egito e a Jordânia, e, ainda que grupos radicais insistam em levar Israel para o campo da beligerância, mal sabem que pelem contra o próprio Deus. Disse o nosso Deus: "Orem pela paz de Jerusalém; vivam em segurança aqueles que te amam! Haja paz dentro dos teus muros e segurança nas tuas cidadelas!". Assim diz o Eterno, no Salmo 122, versículo 6.

Cabe-nos destacar as palavras de David Ben-Gurion, por ocasião da independência: *"A terra de Israel é o local de origem do povo judeu. Aqui a sua identidade espiritual, política e religiosa foi moldada. Aqui eles primeiro atingiram a formação de um Estado, criaram valores culturais de significância nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros. Depois de serem forçosamente exilados de sua terra, o povo conservou consigo sua fé durante sua dispersão e nunca deixou de orar e sonhar com o retorno para sua terra e com a restauração, lá, de sua liberdade política."*

*Impelidos por sua ligação histórica e de tradições, judeus lutaram geração após geração para se reestabelecerem em sua antiga terra natal.*

*Nas décadas recentes, eles voltaram em massa. Pioneiros, desafiadores refugiados e defensores, fizeram desertos florescerem, reavivaram a língua hebraica, construíram vilarejos e pequenas cidades, criaram uma próspera comunidade, que controla sua própria economia e cultura, adorando a paz, mas sabendo como se defender, trazendo as bênçãos de progresso para todos os habitantes do país e aspirando a um Estado independente.*

Rendo minhas homenagens aos 23 mil judeus que tombaram na luta pela consolidação de seu país e, mais uma vez, recorro à Bíblia, para, nas palavras do profeta Jeremias, lembrar: "Israel jamais deixará de ser uma nação. Portanto, alegre-se o Monte Sião; alegrem-se as filhas de Judá por causa dos teus juízos; rodeai Sião e cercai-a, contai as suas torres; marcai bem os seus antemuros, considerai os seus palácios, para que o conteis à geração seguinte, porque este Deus é o nosso Deus para sempre, e ele será nosso guia até o fim" (Salmo 48:11-14). Muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

#### Entrega de Placa

O locutor - Neste momento a Deputada Gláucia Brandão, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, o Deputado Alberto Pinto Coelho, fará entrega ao Sr. Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Inspirado no ideal de preservar sua identidade religiosa e política, o povo judeu superou obstáculos e conseguiu formar um Estado independente. Na ocasião em que se comemoram os 60 anos do Estado de Israel, a Assembléia Legislativa vem prestar justa e merecida homenagem a esse povo obstinado, que se tornou um símbolo de perseverança da nossa civilização."

O Sr. Presidente - Convido os Deputados João Leite, autor do requerimento, e Ademir Lucas para acompanhar-me nesta homenagem.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Sílvio Musman

Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão, que representa o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmos. Srs. Vereador Paulo Lamac, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Carlos Albérico Villar, Cônsul-Geral do Uruguai; Luiz Sérgio Steinecke, Diretor Executivo da Confederação Israelita do Brasil; Deputado Estadual Ademir Lucas; Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; senhoras e senhores, boa noite. Prezada Deputada, antes de proferir algumas palavras, gostaria de transmitir uma mensagem encaminhada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Embaixadora de Israel no Brasil, Tzipora Rimon. (- Lê:)

"No momento em que se comemora o 60º aniversário de fundação do Estado de Israel, quero, em meu nome e em nome da nação brasileira, transmitir ao povo e ao governo israelense os nossos sinceros cumprimentos. Estejam certos de que a justa alegria celebrada nestes dias é compartilhada pelo Brasil com um entusiasmo intenso, como a relação entre nossos países nos mais variados campos: da agricultura e irrigação ao meio ambiente e à biotecnologia, do monitoramento do espaço aéreo ao georreferenciamento e aos sistemas de segurança, da educação e da inovação tecnológica ao intercâmbio cultural e à colaboração em políticas públicas de combate à pobreza.

Para além da cooperação crescente e dos fatos históricos que vinculam Israel ao Brasil, a exemplo da participação sempre lembrada e que muito nos orgulha do Chanceler Oswaldo Aranha, a comunhão de ideais nos une, sobretudo o compromisso com a paz e o apego inarredável à democracia.

Recebam todos o nosso fraternal abraço e um feliz 'Iom Haatzmaut'. Luiz Inácio Lula da Silva. Presidente do Brasil".

A celebração do aniversário de independência de qualquer Estado deve ser motivo de orgulho para toda a humanidade, pois significa a

concretização dos anseios, às vezes milenares, de povos que buscam preservar-se culturalmente por meio da soberania sobre um território, completando a sinastría de Estado, povo e território e atendendo ao universal direito de sua autodeterminação. A existência de um Estado judeu, instalado no solo onde viveram nossos antepassados, é um dos maiores símbolos de resgate da dignidade humana da história da humanidade.

O malabarismo daqueles que buscam questionar a existência de um Estado judeu na Palestina não é suficiente para furtar sua legitimidade. Se não lhes bastam as fontes religiosas, estão também disponíveis os fatos históricos amplamente documentados sobre a presença judaica na Palestina. A partilha da Palestina, até então sob o domínio britânico, criando dois Estados, um árabe e um judeu, na subsequente declaração de independência de Israel, aquele que luta com Deus, é a oficialização das Nações Unidas do direito de retorno ao lar após séculos de exílio, de dispersão, de diáspora, de um povo que vagou mundo afora em busca de algum lugar seguro ou ao menos tolerante à sua existência. Sujeitos às intempéries políticas, religiosas e econômicas, os judeus sempre se mantiveram à mercê das intermitentes ondas de permissão e proibição a sua instalação em solo alheio e aos seus direitos de cidadania.

A existência de um Estado judeu serve de referência a esse povo e exerce um papel de garantia da manutenção de seu direito de viver livremente em qualquer outro país, preservando-se culturalmente. A nossa presença nesta Casa é exemplo disso. A exclusão dos judeus como cidadãos livres não vai muito atrás no tempo. E nunca é demais lembrar a decisiva participação do Brasil no processo decisório da partilha da Palestina. Sempre e eternamente, seremos gratos a este país, que não só acolheu nossos antepassados que fugiam das guerras e da pobreza como também votou afirmativamente na Assembléia Geral da ONU, presidida pelo Chanceler Oswaldo Aranha, em prol do término do domínio britânico sobre a Palestina.

Em se tratando da história do homem, 60 anos são ínfimos números, mas não o foram para o povo judeu, que, com garra, sabedoria, determinação nos propósitos e principalmente investimento maciço no ser humano, soube transformar seu lar ancestral, uma terra desértica, pobre em recursos naturais. Israel se transformou, nesses 60 anos, em um digno membro das nações mundiais amantes dos ideais de liberdade, destaque em diversas esferas do desenvolvimento que busca a melhoria da qualidade de vida da humanidade. Destaque não só em tecnologia, representa de forma solitária os valores democráticos na região do Oriente Médio. Em seu território coexistem múltiplas etnias e religiões, todas com liberdade cultural, cidadania e direitos políticos. São 1 milhão de árabes, israelenses, muçulmanos, 170 mil beduínos árabes, 117 mil árabes cristãos, 120 mil drusos e outros tantos cristãos não árabes, todos vivendo sob proteção do Estado. Estes 60 anos não foram pouco tempo para permitir que o país atingisse um nível de excelência em assuntos de interesse para todo o mundo.

Também com o nosso Brasil, o intercâmbio bilateral tem sido crescente não só em números da balança comercial mas também em aproximação política e cooperação tecnológica, científica e humanitária.

Centenas de empresas israelenses investem e acreditam no Brasil, tendo aqui filiais e plantas industriais. É a tecnologia e o conhecimento israelense ajudando a minimizar o drama da escassez de água no Nordeste brasileiro; são os produtos agropecuários brasileiros chegando à mesa dos israelenses, ajudando a suprir as deficiências de um país pobre em água e áreas cultiváveis. E Minas Gerais não fica distante dessa aproximação.

Acompanhado por uma comitiva composta por Secretários de Estado e representantes da comunidade judaica mineira, o Governador Aécio Neves foi o primeiro Governador de Minas Gerais a realizar uma visita oficial ao Estado de Israel, levando na bagagem valiosas informações sobre este Estado da Federação, tendo a oportunidade de conhecer pólos de excelência tecnológica na produção e serviços em aeronáutica, segurança pública, diamantes e informática. Os frutos dessa iniciativa já começam a beneficiar os mineiros, como as pulseiras de monitorização que utilizam tecnologia israelense e que têm permitido a detentos com bom comportamento níveis crescentes de ressocialização.

O recente ingresso de Israel no Mercosul, por meio do aval brasileiro, confirma a confiança do governo brasileiro na contribuição que este país pode oferecer para o crescimento da América Latina e a redução da pobreza por meio da distribuição dos resultados deste crescimento econômico.

Sabemos, contudo, que ainda existem desafios a serem enfrentados, e o estabelecimento de uma paz estável e duradoura com seus vizinhos talvez seja o maior deles. Porém, temos a firme certeza de que a criação de um Estado árabe-palestino livre e autônomo não passa pela negação do direito de existência de Israel, também livre e seguro. Deslegitimar e ameaçar o direito de Israel e de seus habitantes de viver em segurança e paz não vai fazer com que o sonho palestino se converta em realidade mais rapidamente.

Reafirmamos, mais uma vez, o posicionamento da comunidade judaica com este compromisso de lutar pela paz no Oriente Médio e pela coexistência pacífica entre israelenses e palestinos, livres das forças radicais bilaterais que se opõem a esse processo.

Parabéns, Israel, pelos 60 anos. "Mazal Tov".

Palavras da Sra. Presidente

É com muita alegria e honra que estou aqui, nesta noite, representando o nosso Presidente Alberto Pinto Coelho, que, por motivos alheios a sua vontade, não pôde estar aqui, nesta noite. Parabenizo o nobre colega Deputado João Leite pela iniciativa deste requerimento que faz com que esta Casa seja abrilhantada com a presença de todos vocês, que representam todo o povo judeu em Minas Gerais.

Sr. Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais; Vereador Paulo Lamac, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Carlos Albérico Villar, Cônsul-Geral do Uruguai; Luiz Sérgio Steinecke, Diretor Executivo da Confederação Israelita do Brasil - Conib -; nobre colega Deputado Ademir Lucas; por fim o nosso querido e amigo nobre colega Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta justa homenagem, nesta celebração dos 60 anos do Estado de Israel, queremos homenagear todo o povo judeu e em especial a colônia judaica de Minas Gerais, tão integrada à vida econômica, social e cultural de nosso Estado.

O moderno Estado de Israel surgiu no dia 14/5/1948, seguindo uma decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, que reconheceu o direito irrevogável do estabelecimento de uma nação judia. A partilha da Palestina, ocorrida um ano antes, em sessão da Organização das Nações Unidas, presidida pelo diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, foi um passo inegável para o nascimento de Israel, desde seu início apoiado pelo Brasil.

Com sua história já marcada pelo conflito com os vizinhos árabes, os primeiros cidadãos instalados no novo país, superando o trauma do holocausto, herança dolorosa da Segunda Guerra Mundial, procuraram, contudo, assegurar seu direito a uma vida de dignidade, liberdade e trabalho.

Fizeram, então, o deserto frutificar e sua língua renascer, estabelecendo uma comunidade vigorosa, mesmo em constante tensão com sua vizinhança ou com os palestinos presentes no mesmo território. Contra todas as adversidades, ergueram um Estado moderno, com um governo democrático, eleito por todos os cidadãos, inclusive os não-judeus.

Israel, hoje, já abriga a maior população judaica do mundo, à frente da norte-americana. Tornou-se não só o centro da vida judaica mundial como também vem assumindo o papel de irmão mais velho de outras comunidades com origem comum. Neste momento, suas ações de governo têm de levar em conta as novas mudanças mundiais, como o previsto deslocamento do poder político para o oriente e o Hemisfério Sul, além da proliferação nuclear e dos problemas climáticos. Além disso, seu crescimento inclui as questões imediatas e próximas do extremismo islâmico, das posições do Irã e da própria soberania de Jerusalém.

Sem dúvida, o projeto de Shimon Peres para o país traduz um desejo geral de que o pequeno território se transforme em um ousado laboratório mundial. Torçemos, portanto, pelo estabelecimento de um grande laboratório social, de justiça, paz e liberdade, em relações pacíficas com os Estados árabes e benéficos para toda a região. É assim que Israel tem aprendido a desenvolver a economia, a ciência e a sociedade, enquanto uma solução definitiva para o conflito no Oriente Médio não se descortina.

Quando a demografia já insinua que a população árabe, em futuro não muito distante, se tornará maioria no território israelense, um outro desafio aguarda uma decisão: o fim das divisões internas entre os judeus, por suas posições religiosas ou laicas, tão importante para a manutenção do caráter democrático do Estado. Reiterando a fé nessas seis décadas de democracia, não podemos esperar outro final para o grande impasse que vem permeando a ainda jovem história de Israel. Trata-se do estabelecimento definitivo da paz, pondo fim aos quase permanentes conflitos entre palestinos e judeus. A recente volta dos turistas a Jerusalém, entre os quais os que peregrinam à Terra Santa, mostram que o mundo aposta largamente no entendimento.

Continuaremos, como nos últimos anos, comemorando nesta Casa o aniversário de independência do Estado de Israel, sempre confiantes em seu desenvolvimento, tão importante na configuração do futuro de todo o nosso planeta. Muito obrigada.

#### Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 19, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE ROGÉRIO JORGE DE AQUINO E SILVA PARA COMPOR O CONSELHO DE DEFESA SOCIAL, EM 29/4/2008

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Sebastião Costa e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva e, se possível, apreciar o parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada. O Deputado Lafayette de Andrada convida o Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva a tomar assento à mesa e lembra aos presentes que a arguição pública se faz necessária conforme o disposto no art. 62, inciso XXIII, alínea "d", da Constituição do Estado, de acordo com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 26. A seguir, o Deputado Lafayette de Andrada inicia a arguição pública do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva, que é sabatinado pelos demais Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. O Presidente, como relator da matéria, passa a emitir seu parecer, que conclui pela aprovação da indicação do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para compor o Conselho de Defesa Social. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. A Presidência suspende os trabalhos por 5 minutos, para a lavratura da ata da reunião. Reabertos os trabalhos, a Presidência solicita ao Deputado Sebastião Costa que proceda à leitura da ata, que é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa.

#### ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/4/2008

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Lúcia Mendonça, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.328/2007 (relatora: Deputada Maria Lúcia, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Requerimento nº 2.259/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Dimas Fabiano - Antônio Carlos Arantes.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/4/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Ademir Lucas e Ivair Nogueira (substituindo este ao Deputado Gilberto Abramo, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 683 e 1.227/2007 (Deputado Ivair Nogueira); 2.214/2008 e 1.867/2007 (Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 683 e 1.227/2007 (relator: Deputado Ivair Nogueira) e 2.214/2008 (relator: Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 1.867/2007 (relator: Deputado Ademir Lucas). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Eros Biondini - Antônio Júlio.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/5/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.293, 2.306 e 2.314/2008 (Deputado Gilberto Abramo); 2.300, 2.311, 2.319 e 2.323/2008 (Deputado Sebastião Costa); 2.298, 2.301, 2.312 e 2.325/2008 (Deputado Delvito Alves); 2.297, 2.304, 2.307, 2.308, 2.310, 2.317, 2.320 e 2.322/2008 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.296, 2.299, 2.309, 2.313, 2.318 e 2.324/2008 (Deputado Hely Tarquínio); 2.294, 2.305, 2.315 e 2.321/2008 (Deputado Sargento Rodrigues); e 2.295 e 2.303/2008 (Deputado Neider Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.287/2008 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Neider Moreira, em virtude de redistribuição); 2.179/2008 (relator: Deputado Delvito Alves); 2.267/2008 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.268/2008 (relator: Deputado Neider Moreira). O Presidente informa que continua em discussão o parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, sobre o Projeto de Lei nº 1.181/2007, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Neste momento, o Deputado Sargento Rodrigues apresenta requerimento solicitando seja adiada a discussão do referido projeto. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.407/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição); 2.224/2008 (relator: Deputado Neider Moreira). Os Projetos de Lei nºs 1.628 e 1.886/2007 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Neider Moreira, aprovado pela Comissão. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento o Projeto de Lei nº 1.902/2007 (relator: Deputado Delvito Alves, em virtude de redistribuição); e à Seplag os Projetos de Lei nºs 2.298/2008 (relator: Deputado Delvito Alves) e 2.324/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 82 e 1.944/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.974/2007 com a Emenda nº 1, 2.272, 2.278, 2.289/2008 (relator: Deputado Neider Moreira); 1.993, 2.155, 2.182, 2.284/2008 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.288/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 2.114, 2.273/2008 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 2.271 e 2.291/2008 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.290/2008 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 2.276/2008 (relator: Deputado Delvito Alves). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 2.265, 2.274, 2.277, 2.279, 2.281, 2.285, 2.292 e 2.296/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sargento Rodrigues - Neider Moreira - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - Sebastião Costa.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Adão Faustino, solicitando providências diante dos problemas que aponta no Ipsemg, como funcionários que não cumprem horário e falta de medicamentos na farmácia do órgão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 15/2007 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Doutor Rinaldo, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.143/2008 (relator: Deputado Carlos Pimenta), 2.180/2008 (relator: Deputado Doutor Rinaldo), 2.202/2008 (relator: Deputado Ruy Muniz), 2.238/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.230, 2.234, 2.249 e 2.262/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.038, 2.057 e 2.062/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi em que solicita reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial e a de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para se discutir o uso indiscriminado de agrotóxicos em alimentos, especialmente a alface, o tomate e o morango, fato recentemente denunciado pela imprensa; Carlos Pimenta em que solicita reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Meio Ambiente, para se debater o programa dos governos federal e estadual de saneamento dos Municípios que compõem a bacia do Rio São Francisco, com convidados que menciona; Hely Tarquínio em que solicita reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Direitos Humanos, para se debater a concessão de licenças médicas e aposentadorias por invalidez pelo INSS. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Hely Tarquínio - Doutor Rinaldo.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2008

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Inácio Franco e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 1.441/2007 em turno único (relator: Deputado Wander Borges). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João, em que solicita a realização de audiência pública para discutir os mecanismos e ações com vistas a

prevenir e combater incêndios e queimadas nas florestas do Estado de Minas Gerais; e Almir Paraca e Padre João, em que pleiteiam seja enviada correspondência ao Prefeito Municipal de Caldas, solicitando a regulamentação da Lei Municipal nº 1.973, de 29/12/2006, que cria a APA Santuário Ecológico da Pedra Branca, como encaminhamento da visita feita por esta Comissão ao local no dia 25/5/2006. O Presidente recebe requerimento do Deputado Agostinho Patrús Filho, em que solicita a realização de audiência pública, com os convidados que menciona, para discutir a esterilização de cães e gatos no Estado, o qual será apreciado oportunamente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Wander Borges - Fábio Avelar - Inácio Franco - Almir Paraca.

#### ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2008

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente comunica que estão abertos os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 2.302/2008, até o dia 14/5/2008, e 3.316/2008, até o dia 19/5/2008. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Sebastião Helvécio). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007 com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 5, apresentada, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1 e 2, pela Deputada Elisa Costa. O Presidente informa que a Proposta de Emenda nº 1 foi acatada pelo relator. Submetido a votação é aprovado o parecer, salvo a Proposta de Emenda nº 2. Submetida a votação, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 2, registrando-se o voto contrário do Deputado Antônio Júlio. Fica o parecer aprovado na sua forma original. Registra-se a presença do Deputado Zé Maia, que assume a Presidência dos trabalhos. São aprovados a seguir, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.489/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição); 1.959/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2; e 2.133/2008 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Antônio Júlio). Os Projetos de Lei nºs 392, 1.566 e 1.949/2007 e 2.096/2008 são retirados da pauta, o primeiro, atendendo-se a requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, aprovado pela Comissão, e os demais, por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente recebe requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o Leilão Administrativo nº 3/2007, realizado para alienação da área denominada Parque das Mangabeiras, no Município de Contagem, para o qual designa como relator o Deputado Lafayette de Andrada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, na mesma data, às 10h50min, para apreciação do parecer, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio.

#### ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2008

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e o Deputado Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrevida pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, por meio do qual solicita intervenção junto ao Ministério da Saúde, para garantir a realização de procedimentos cirúrgicos em favor de portadores de deficiência auditiva, no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 398/2007 e 2.264/2008 (Deputado Deiró Marra); 2.212/2008 (Deputada Maria Lúcia Mendonça); 1.895/2007 (Deputado Vanderlei Jangrossi); 2.213/2008 (Deputado Carlin Moura) e 2.254/2008 (Deputada Ana Maria Resende), em turno único; e 1.680/2007 (Deputado Deiró Marra) e 1.203/2007 (Deputada Ana Maria Resende), em 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres, pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.900/2007 e do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Ana Maria Resende, em virtude de redistribuição) e pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.112/2008 (relator: Deputado Carlin Moura, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.193/2008 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi); 2.195/2008 (relator: Deputado Carlin Moura); 2.196/2008 (relatora: Deputada Ana Maria Resende) e 2.198/2008 (relator: Deputado Carlin Moura), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.049 e 2.054/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Deiró Marra em que solicita visita às escolas públicas estaduais do Município de Patrocínio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2008.

Ana Maria Resende, Presidente - Carlin Moura - Vanderlei Jangrossi.

#### ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2008

Às 10h59min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente comunica que estão abertos os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 2.302/2008, até o dia 14/5/2008, e 3.316/2008, até o dia 19/5/2008. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário.

Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008 (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2008.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Ademir Lucas - André Quintão - Lafayette de Andrada.

#### ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2008

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Antônio Júlio e Eros Biondini (substituindo este ao Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.703, 1.824 e 1.870/2007 (Deputado Eros Biondini); 1.893 e 1.904/2007 e 2.137 e 2.160/2008 (Deputado Antônio Júlio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.703, 1.824 e 1.870/2007 (relator: Deputado Eros Biondini); 1.893 e 1.904/2007 e 2.137 e 2.160/2008 (relator: Deputado Antônio Júlio). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Dimas Fabiano - João Leite.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EM 8/5/2008

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Helvécio, Antônio Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Almir Paraca, Jayro Lessa e Getúlio Neiva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Helvécio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir convidados e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Deputado Federal Virgílio Guimarães; Ricardo Luiz Oliveira de Souza, Coordenador de Política Tributária; e a Sra. Sarah Costa Félix Teixeira, assessora da Superintendência Tributária da Secretaria de Fazenda, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente tece suas considerações iniciais como autor do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do Sr. Chico Simões, Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2008.

Sebastião Helvécio, Presidente - Antônio Júlio - Lafayette de Andrada.

#### ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2008

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta (substituindo esta à Deputada Elisa Costa, por indicação da Liderança do PT) e o Deputado Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 734/2007 no 2º turno, 2.247 e 2.257/2008 em turno único (Deputado Walter Tosta); 2.244 e 2.259/2008 em turno único (Deputado Domingos Sávio); 2.169 e 2.249/2008 em turno único (Deputada Elisa Costa); 1.868/2007 e 2.250/2008 em turno único (Deputado Antônio Carlos Arantes). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.875/2007 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que esta Comissão apresenta (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 250, 1.908 e 1.955/2007, 2.016/2008 com a Emenda nº 1, 2.018, 2.052, 2.068, 2.102, 2.190 e 2.209/2008 (relator: Deputado Domingos Sávio); 1.997 e 2.026/2008, 2.121/2008 com a Emenda nº 1, 2.135, 2.204 e 2.206/2008 (relatora: Deputada Elisa Costa); 2.186 e 2.205/2008 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.271/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlos Mosconi em que solicita seja realizada audiência pública dessa Comissão, em conjunto com a Comissão de Saúde, para discutirem as relações de trabalho no contexto das cooperativas médicas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2008.

Rosângela Reis, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva.

#### ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/5/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Carlos Arantes e Neider Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a realização de transplante renal pelo Hospital Felício Rocho em convênio com o Sistema Único de Saúde - SUS - e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Sônia Lansky, solicitando em nome do Movimento BH pelo Parto Normal a realização de audiência pública com esta Comissão para discutir o assunto. O Presidente acusa o recebimento das seguintes

proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.278/2008 ( Deputado Hely Tarquínio); 2.288/2008 (Deputado Ruy Muniz). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Omar Lopes Cançado Jr., médico coordenador do Núcleo de Fígado do MG - Transplantes, representando o Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde; Alzira de Oliveira Jorge, gerente de Regulação e Atenção Hospitalar, e Maria Cristina Ferreira Drumond, gerente da Alta Complexidade, representando o Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Túlio Sérgio Gambogi Costa, Presidente da Associação dos Transplantados de MG; José Maria Grossi Figueiró, cirurgião da equipe de transplante do Hospital Felício Rocho; Paulo Hipólito, transplantado, e Maria Célia Dantas Tavares, mãe de transplantado, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Hely Tarquínio, Antônio Carlos Arantes e Neider Moreira, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.137/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Domingos Sávio, em que solicita seja realizada audiência pública em São João del-Rei para discutir a revisão do PDR da Secretaria de Saúde, que normatiza o planejamento descentralizado em macro e microrregiões do Estado; Carlos Mosconi, em que solicita seja encaminhada correspondência recebida nesta comissão ao Ipsemg, para que o Instituto preste esclarecimentos sobre as reclamações feitas pelo denunciante. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Rinaldo - Célio Moreira.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/5/2008

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 714/2007, do Deputado Padre João, que oficializa no Estado de Minas Gerais o Hino à Negritude. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar do Estado o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia e bulimia nervosa e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais -TFAMG- e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na

forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1, 2 e 10 a 17; e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 9.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo do Estado a alienar imóveis que especifica, de propriedade do Ipsemg, com reversão dos recursos decorrentes dessa alienação à área de saúde do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas fatais dos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado a fazer reverter ao Município de Caiana o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 174 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 486/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe aos restaurantes, aos bares, às casas noturnas e aos estabelecimentos congêneres a prática da obrigatoriedade de consumação mínima e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa-Tempo o imóvel que descreve. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.022/2007, da Deputada Elisa Costa, que altera a Lei nº 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nº 1 a 3, da Comissão de Cultura, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 4, da Comissão de Cultura, e, ainda, com a Emenda nº 5., que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.448/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ferros o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.165/2008, do Governador do Estado, que altera o art. 1º e o seu parágrafo único da Lei nº 16.262, de 18/7/2006, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à União. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 44ª reunião ORDINÁRIA da mesa da Assembléia, a realizar-se às 17 horas do dia 26/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 21/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 21/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.968/2007, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 398/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.166/2008, do Governador do Estado; 2.254/2008, do Deputado Célio Moreira; 2.264/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos nºs 2.403/2008, do Deputado Carlos Pimenta; 2.414/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.416/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 21/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagem nº 211/2008, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projetos de Resolução nºs 2.150, 2.207 e 2.211/2008, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 1.973/2007, do Governador do Estado; 578/2007, da Comissão de Participação Popular; 1.269/2007, do Governador do Estado; 1.364/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.447/2007, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 1.875 e 2.064/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.299/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 21/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir o impacto ambiental das ações dos governos estadual e federal na região de Confins, em especial a construção da Linha Verde, do Anel Viário Norte e do Centro Administrativo e a transferência de vôos para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 11 horas DO DIA 21/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir convidados e discutir e votar proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 21/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.765/2007, do Deputado Padre João; 1.868/2007, do Deputado Antônio Júlio; 2.109/2008, do Deputado Paulo Guedes; 2.127/2008, do Deputado Wander Borges; 2.136/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.169/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.223/2008, do Deputado Paulo Cesar; 2.226/2008, do Deputado Adalcleber Lopes; 2.227/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.228/2008, do Deputado Dimas Fabiano; 2.240/2008, do Deputado Roberto Carvalho; 2.241/2008, do Deputado Zezé Perrella; 2.244/2008, do Deputado Dimas Fabiano; 2.247/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.249, 2.250/2008, do Deputado Wander Borges; 2.257/2008, do Deputado Doutor Rinaldo; 2.259/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Finalidade: discutir a situação dos funcionários da MGS - Administração e Serviços S.A. lotados na rede Fhemig e, em especial, a decisão da diretoria dessa fundação de não promover a substituição dos funcionários durante períodos de férias, faltas e licenças.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 21/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 21/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 21/5/2008, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que acrescenta parágrafo ao art.174 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar do Estado o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia e bulimia nervosa e dá outras providências; 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências; 486/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe aos restaurantes, aos bares, às casas noturnas e aos estabelecimentos congêneres, a prática da obrigatoriedade de consumação mínima e dá outras providências; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo; 714/2007, do Deputado Padre João, que oficializa no Estado o Hino à Negritude; 1.022/2007, da Deputada Elisa Costa, que altera a Lei nº 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado; 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica.; 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.448/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ferros o imóvel que especifica; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais -TFAMG - e dá outras providências; 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo do Estado a alienar imóveis que especifica, de propriedade do Ipsemg, com reversão dos recursos decorrentes desta alienação à área de saúde do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais; 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que perderam a vida nos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba; 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica; 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID-, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências; 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado a fazer reverter ao Município de Caiana o imóvel que menciona; e 2.165/2008, do Governador do Estado, que altera o art. 1º e o seu parágrafo único da Lei nº 16.262, de 18/7/2006, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à União; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 20 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes (§ 1º do art. 204 do Regimento Interno)

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis e os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Bráulio Braz, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Délio Malheiros, Dimas Fabiano, Durval Ângelo, Elmiro Nascimento, Eros Biondini, Fábio Avelar, Getúlio Neiva, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, Juninho Araújo, Lafayette de Andrada, Luiz Tadeu Leite, Padre João, Paulo Cesar, Ronaldo Magalhães, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Vanderlei Miranda e Weliton Prado, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes (§ 1º do art. 204 do Regimento Interno), para a reunião a ser realizada em 21/5/2008, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o Turno Único dos Projetos de Lei nºs 2.302 e 2.316/2008, do Governador do Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2008.

Zé Maia, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ronaldo Magalhães, Ademir Lucas, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/5/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2008.

Weliton Prado, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membro do Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Carlin Moura, Gilberto Abramo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/5/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2008.

Arlen Santiago Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Bráulio Braz, Eros Biondini e Zezé Perrella, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; e os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Almir Paraca, Inácio Franco e Wander Borges, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para a reunião a ser realizada em 26/5/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de verificar e discutir as conseqüências e impactos possíveis advindos de decreto baixado pelo Governador do Estado em 12/12/2007, que declara de utilidade pública para fins de desapropriação área e benfeitorias necessárias à implantação e ampliação de distrito industrial de Congonhas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 398/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Sociedade Católica de Educação de Uberlândia – Soceub –, com sede no Município de Uberlândia.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 398/2007 pretende declarar de utilidade pública a Soceub, entidade sem fins lucrativos, que tem por escopo promover cultura, educação, pesquisa científica, técnica e artística, por meio da manutenção da Faculdade Católica de Uberlândia e diversas atividades educacionais.

No intuito de atingir seu objetivo, realiza cursos visando à produção de conhecimento relevante para a população, voltados para a reflexão sobre a realidade, e estimula a formação de espíritos críticos em relação ao contexto social, o discernimento e a escolha de valores que qualifiquem positivamente o ser humano. Ademais, coopera na promoção da cidadania, por meio de ações e programas de ensino que despertam o senso do bem comum, bem como da ética e da dignidade humana.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 398/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2008.

Deiró Marra, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.264/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Clube Atlético Guará, com sede no Município de Uberlândia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.264/2008 pretende declarar de utilidade pública o Clube Atlético Guará, com sede no Município de Uberlândia, que possui como finalidade precípua proporcionar o civismo e a cultura física, principalmente por meio do futebol de caráter amador.

Tendo em vista fomentar a prática de esportes entre seus associados, participa de competições em todas as modalidades esportivas amadoras especializadas, inclusive no futebol feminino. Sua atuação promove a integração da comunidade em que atua, principalmente do segmento jovem, por meio de um lazer saudável.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.264/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2008.

Deiró Marra, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/5/2008

O Deputado Carlin Moura\* - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, hoje pela manhã, mais uma vez, recebemos a visita dos trabalhadores da área da saúde da Fhemig. Esses trabalhadores nos vieram expor duas preocupações básicas, que merecem maior atenção por parte do Plenário desta Casa. Primeiro, continua em aberto a discussão sobre o aumento da jornada de trabalho para o setor de enfermagem da Fhemig. Os enfermeiros têm uma carga horária de 30 horas semanais, e a proposta encaminhada pelo governo do Estado a esta Casa propõe aumento da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Essa proposta nos preocupa porque vai na contramão das jornadas praticadas para essa categoria no País inteiro. Em todos os outros Estados da Federação, os enfermeiros trabalham 30 horas semanais, e aqui em Minas o Governador propõe aumento para 40 horas, justamente no momento em que toda categoria de trabalhadores no Brasil e todas as centrais sindicais fazem a campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário. O Brasil caminha para a redução de jornada de 44 para 40 horas para todos os trabalhadores, sem redução do salário, mas em Minas propõem um aumento para 40 horas para a categoria de enfermeiro. Isso nos preocupa porque traz prejuízos ao atendimento nos hospitais da rede Fhemig. Os trabalhadores da enfermagem já têm uma sobrecarga, o setor exige muita atenção deles, e isso trará uma complicação no atendimento. É unanimidade entre eles que a jornada de 30 horas seja mantida.

Mas as coisas não andam, pois já vão completar dois meses de tramitação do projeto e não há sinalização da Fhemig e da Seplag para manter a jornada em 30 horas. E cria-se um desconforto porque embutido no projeto está o reajuste salarial das outras categorias. Deveria haver, por parte da Seplag e da Fhemig, uma sensibilidade maior para resolver o impasse, e que o governo, neste momento, pelo menos retirasse a proposta das 40 horas, que votássemos no Plenário o reajuste salarial, mantendo a jornada de 30 horas para os enfermeiros. E que posteriormente, se o governo assim entender, volte a fazer essa discussão com os trabalhadores. O que não pode é condicionar o aumento salarial ao aumento da jornada de trabalho. Isso parece uma chantagem: faz o reajuste salarial dos demais trabalhadores, desde que no pacote entre o aumento da jornada de trabalho dos enfermeiros. Esse não é um método dos mais aconselháveis nem é condizente com a boa relação democrática do diálogo com o movimento sindical. Fazemos um apelo ao governo do Estado, à Fhemig e à Seplag para que resolvamos esse impasse e votemos o reajuste dos trabalhadores sem prejudicar a categoria de enfermeiros dessa rede hospitalar com aumento de jornada de trabalho.

A outra preocupação que esses trabalhadores nos apresentam diz respeito aos contratados. Minas vem, há anos, empurrando com a barriga o velho problema dos trabalhadores contratados. A grande maioria dos trabalhadores da Fhemig é contratada por meio de contratos precários que não dão direito a esses trabalhadores e que são renovados ano após ano. Hoje, temos em média na rede Fhemig trabalhadores com 12 e até 15 anos de casa que estão sendo ameaçados de demissão sem nenhum direito. Esses trabalhadores da Colônia Santa Isabel e do pronto-socorro correm o risco de ser demitidos pela Fhemig sem nenhum direito trabalhista. Trabalhadores com 12, 13, 14, 15 anos de serviço podem ir para a rua sem nenhum direito trabalhista. E, segundo relato dos trabalhadores, a Fhemig tem adotado a postura de substituir vários desses trabalhadores por contratados, em vez de realizar o concurso público e adotar critérios que incluam a análise de mérito e a análise do currículo dos que se apresentarem para o certame. Poderia adotar, por exemplo, o critério de tempo de serviço, de modo que, em uma análise de mérito curricular, aqueles que tenham 10, 12 ou 15 anos de serviços prestados e uma boa ficha funcional, ou seja, trabalhadores dedicados, que tenham prestado grande serviço ao Estado, consigam uma pontuação extra e disputem o concurso público em uma situação que absorva esse tempo de experiência. Até porque esse tempo é também de investimento do Estado, de investimento público; um trabalhador que prestou serviços para o Estado por 10, 12 ou 15 anos adquiriu experiência - isso é um investimento público que poderia ser mais bem aproveitado em concurso público. Aí, deparamos com a questão dos trabalhadores que forem demitidos, cujos contratos forem rescindidos. Esses trabalhadores e essas trabalhadoras, que dedicaram uma vida à prestação de serviço ao Estado de Minas Gerais - e, diga-se de passagem, estão nesses contratos precários por exclusiva omissão do poder público, vez que o concurso já deveria ter-se realizado desde a Constituição cidadã de 1988 -, merecem atenção. E a maioria desses trabalhadores são pessoas com mais de 40 ou 45 anos de idade, que terão dificuldades em arrumar nova colocação no mercado de trabalho, em função do preconceito, infelizmente, já que neste país quem passa dessa idade tem muita dificuldade para conseguir um novo posto de trabalho. Então, como eles sobreviverão daqui para a frente? O Estado precisa pensar também nesses trabalhadores. E, com essa preocupação, acho que, pelo princípio da isonomia, o Plenário desta Casa, o Poder Legislativo, deveria ajudar o Poder Executivo a resolver esse impasse. No nosso entendimento, seria razoável e de bom alvitre que, feita a rescisão do contrato desses trabalhadores, fosse-lhes concedida, por uma lei aprovada nesta Casa, indenização pelo tempo trabalhado. Sem dúvida, desde que haja concordância do Executivo, esta Casa pode aprovar uma lei pela qual se indenizem os trabalhadores pelo tempo de serviço, nos mesmos moldes adotados pelo setor privado, em que a indenização se calcula pelos 8% recolhidos mês a mês a título de fundo de garantia somados à multa rescisória de 40%, o que, em média, equivale a uma remuneração e meia por ano de serviço. Então, apresentamos ao projeto uma emenda pela qual o governo, caso insista em proceder à demissão desses trabalhadores e dessas trabalhadoras, ao menos amenize a situação dramática que eles viverão pagando uma indenização pelo tempo de serviço correspondente a uma remuneração e meia por cada ano trabalhado. Dessa forma, estaríamos indenizando a omissão do Estado, que permitiu a atividade de trabalhadores não concursados em áreas-fim do Estado, em áreas essenciais do Estado, nas quais não se podia fazer contratação ou terceirização; assim, em função da omissão do Estado, o poder público teria de indenizar esses trabalhadores.

Fica, portanto, a nossa reflexão. Achemos que essa é uma forma de amenizar essa situação: que essa indenização ao menos fosse prevista e que no próximo concurso fosse utilizado o critério de aproveitamento do tempo de experiência desses trabalhadores. Manifesto, então, a nossa preocupação, fazendo um apelo às Lideranças do Governo nesta Casa e ao governo como um todo. Que a gente enfrente essa questão resolvendo o problema das 40 horas, retirando do projeto as 40 horas, mantendo a jornada de 30 horas para os enfermeiros, para agilizar o processo de votação do aumento salarial e amenizar a situação dos contratados. Fica aqui a nossa reflexão.

No tempo que me resta, queria suscitar nesta tribuna outro tema que muito me preocupa. A Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática realizou uma audiência pública nesta Casa há 15 dias, quando foi debatida a situação da Fumec, que tem as benesses de isenção tributária no Estado. Essa Fundação vive uma profunda crise em relação à sua diretoria, até com um pedido de intervenção por parte da Promotoria Especializada de Fundações. Nessa audiência pública, Sr. Presidente, convidamos e tivemos a participação de professores, sindicalistas, estudantes. Convidamos também o Sr. Emerson Tardieu, Presidente da Fumec, que não teve a delicadeza nem sequer o respeito com esta Assembléia, porque aqui não compareceu, não atendeu ao convite da Comissão de Educação desta Casa. Mandou para cá dois advogados, profissionais respeitados, que achávamos que estivessem aqui justamente para representar e fazer as vezes do Sr. Emerson Tardieu. Mas, pasme, Sr. Presidente, não foi essa a missão dos advogados da Fumec na audiência pública. Eles funcionaram aqui como verdadeiros "X9", vieram aqui como verdugos, utilizando a situação mais fragilizada dos professores que foram demitidos, que estão com a situação emocional abalada, que tinham mais de 20, 25, 30 anos de serviços prestados à Fundação, que foram demitidos como se fossem bandidos. Esse professor está agora respondendo a um processo criminal intentado pelos advogados da Fumec, e o estudante que prestou esclarecimento à Comissão de Educação também está sendo processado pela Fumec. No processo criminal, o mais grave: os advogados da Fumec, que provavelmente são pagos pelo dinheiro da própria Fundação, tiveram a ousadia e o destempero de alterar as notas taquigráficas da Comissão de Educação desta Casa, colocando, no processo judicial, a transcrição de uma fala do aluno de forma deturpada, alterando a sua declaração, para tentar incriminá-lo perante a Justiça Criminal. Isso é um desrespeito do Presidente da Fumec para com a Comissão de Educação desta Casa, para com a Assembléia Legislativa, para com os alunos, para com os professores, para com os princípios fundamentais da democracia. Há vários elementos que justificam o afastamento do Prof. Emerson Tardieu da frente da Fumec, e o agravante de deturpar as notas taquigráficas da Comissão de Educação, no meu entendimento, já é motivo de afastamento imediato do Presidente da Fundação. Fica aqui o nosso registro e peço o apoio dos colegas Deputados para que possamos ajudar o professor e o aluno que estão sofrendo esse infame processo por parte da Fumec.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Os meus cumprimentos ao Sr. Presidente, às Deputadas e aos Deputados e a todos que nos acompanham nas dependências desta Casa do povo mineiro e pela TV Assembléia.

Sr. Presidente, gostaria de abordar novamente o tema da saúde neste nosso pronunciamento, alertando e propondo algumas ações que, no meu entendimento, já passam da hora de ser adotadas. Recentemente falamos aqui do belo trabalho desenvolvido pelo nosso Secretário Marcus Pestana e dos resultados que, de maneira concreta, temos obtido, com programas como o Pró-Hosp, o Viva Vida e uma série de iniciativas que hoje já são referência para o Brasil. Não é por acaso que o próprio Ministro da Saúde e as próprias autoridades do governo federal têm-se referido a Marcus Pestana como um dos melhores ou o melhor Secretário de Estado de Saúde do Brasil. Isso nos deixa envaidecidos porque é um colega nosso, Deputado Estadual como nós, que, chamado pelo Governador Aécio Neves, hoje comanda a Secretaria de Saúde. Mantenho essa convicção a cada dia, mesmo quando deparamos com alguns problemas graves que precisam ser enfrentados. Nesta semana, fui procurado por um dos profissionais do Hospital das Clínicas, médico oftalmologista, e pela minha amiga Kátia, Presidente da Associação dos Portadores de Deficiência Física do Estado de Minas Gerais. Eles me trouxeram um problema. Vi claramente que o Secretário de Estado fez o que podia fazer e que, infelizmente, havia esbarrado numa decisão tecnocrática do Ministério da Saúde ainda em 2004. Refiro-me a um pedido de credenciamento do Hospital das Clínicas para fazer um implante coclear, que é uma prótese, num portador de deficiência auditiva grave - cidadão que nasceu surdo ou que perdeu a capacidade auditiva, em alguns casos 100%, em razão de algum trauma, acidente ou doença; aliás, acaba-se tornando surdo-mudo, principalmente se não teve ainda a oportunidade de aprender a linguagem. Sendo absolutamente surdo, fica mudo, embora tenha a capacidade fonética, as cordas vocais em condições de funcionamento. Portanto, é um avanço fantástico da ciência. Imaginem como é importante para alguém que é surdo e, em razão disso, mudo, que, por meio de um aparelho, a ciência lhe possibilite obter uma audição quase perfeita e reaprender a falar. Essa cirurgia é feita em várias partes do mundo. No Brasil, é realizada em São Paulo pelo SUS; e, em Belo Horizonte, no Hospital das Clínicas, com absoluto sucesso, no mesmo nível de tecnologia, com toda a segurança e por profissionais reconhecidos mundialmente. Infelizmente, de 2003 para 2004 o Hospital das Clínicas - em última instância federal, pois é um hospital-escola da UFMG - vem tentando credenciamento para que também possa fazer esse implante. Isso significa naturalmente dar uma qualidade de vida fantástica a centenas de pessoas que dependem dessa operação. Li todos os documentos a que me referir aqui. Obviamente, além de usar a tribuna, estou tomando atitudes para mudar e corrigir esse absurdo. Naquela ocasião, elaborou-se um requerimento que foi encaminhado à Secretaria de Saúde, solicitando o credenciamento. O Secretário Marcus Pestana pessoalmente assinou e encaminhou-o ao Ministério da Saúde, que despachou de volta dizendo que não iria credenciar nenhuma entidade no Brasil, nenhum prestador de serviço ou hospital porque estaria estudando uma mudança na legislação do SUS em relação a procedimentos de alta complexidade. Isso foi em 2004, já faz quatro anos. Depois disso, por várias vezes, os profissionais do Hospital das Clínicas, em congressos, em encontros, conversando com outros funcionários da área de saúde, vêm insistindo para encontrar um caminho para credenciar o Hospital das Clínicas de Belo Horizonte. Para quem não conhece, é bom lembrar que o Hospital das Clínicas de Belo Horizonte é um dos melhores do Brasil; faz transplantes de coração, rins, fígado; faz tratamento de alta complexidade de praticamente todas as enfermidades; faz implante coclear, que permite recuperar a audição, mas só pode fazê-lo quem paga, pois o SUS não credenciou o hospital para isso.

O Deputado Neider, profundo conhecedor e profissional da saúde, sabe que, para o médico, é uma situação difícil quando ele tem em suas mãos todos os conhecimentos para proceder ao atendimento de uma pessoa, mas obviamente - ainda mais em um caso como esse, que depende do equipamento mais caro do implante, a prótese -, se o SUS não credencia o hospital, ele não tem como atender aquele cidadão que não pode pagar. Quem pagará o equipamento? Assim esse cidadão de Minas vai para a fila em São Paulo. Qual o motivo da minha indignação? Os profissionais do Hospital das Clínicas ficaram sabendo que, recentemente, passando por cima do pedido de Minas Gerais, o qual está lá há quatro anos, e sempre repetiram que não estavam credenciando ninguém, credenciaram os hospitais de Brasília, do Ceará e estão credenciando um outro hospital do Nordeste para fazer a mesma coisa, mas o de Minas Gerais não pode ser credenciado. Ora, uma situação como essa é inaceitável. Portanto, Deputado Neider, apresentamos um requerimento na Comissão de Saúde, para o qual peço o seu apoio como membro atuante desta Comissão, para que se faça uma manifestação firme ao Ministro da Saúde. Agora não pedimos, exigimos o credenciamento do Hospital das Clínicas para prestar esse atendimento ao povo mineiro. Obviamente, acionaremos também a nossa bancada federal, composta pelos Deputados Rafael Guerra, Líder da Bancada da Frente Parlamentar da Saúde, grande parlamentar, e Saraiva Felipe, ex-Ministro da Saúde, que, tenho certeza, só não credenciou naquela época porque os tecnocratas disseram não, suspenderam o credenciamento, e o dinheiro só poderia ir para o hospital de São Paulo. Sabemos como é essa briga por credenciamento, não é, Deputado Neider? Quem tem um credenciamento não quer que se credencie outro, porque, se outro é credenciado, tem-se de dividir o volume do recurso que será aplicado naquela enfermidade. Ora, isso é absolutamente injusto, e nós, mineiros, não ficaremos calados. Portanto agora vamos mais do que pedir, vamos exigir. O Ministério da Saúde tem de credenciar o Hospital das Clínicas para fazer esse procedimento.

Por fim registro, mais uma vez, que, num momento em que, às vezes, no Brasil, corremos o risco de generalizar, porque apareceram e existem ONGs que desviam dinheiro público e que são fachadas de interesse partidário - e isso tem de ser combatido duramente -, ao mesmo tempo há entidades sérias como a associação dos portadores de deficiência de Minas Gerais, presidida pela nossa amiga Kátia Ferraz. Ela é hoje uma liderança que nos dá um exemplo de vida; é cadeirante e vem à Assembléia com uma freqüência que nos encanta, sempre brigando por uma causa dos portadores de deficiência. Foi ela quem nos trouxe este problema. Ela ouve e fala muito bem, mas não se preocupa apenas com aqueles que têm dificuldade de locomoção como ela; aliás, ela supera isso com uma agilidade fantástica. Portanto registramos aqui a nossa admiração pela Kátia Ferraz, que preside, de forma extremamente humanitária e competente, esta entidade não governamental de defesa do portador de deficiência em Minas Gerais.

Sr. Presidente, quero voltar a um assunto que se refere também à área da saúde. Peço à Comissão de Saúde - já protocolei um requerimento - que estude a possibilidade de realizar essa audiência pública em São João del-Rei. Está chegando aqui o nosso grande companheiro Deputado Carlos Pimenta, também membro atuante da Comissão de Saúde, médico experiente, que conhece sobejamente o SUS e luta incansavelmente para que ele seja aprimorado porque, mesmo com muitas mazelas, é a alternativa que temos para atender o nosso povo. Com base nessa preocupação, recentemente sugeri a revisão do mapeamento descentralizado de regiões do Estado para aplicação do orçamento da saúde, ou seja, a revisão das macrorregiões e das microrregiões do Estado para o planejamento de ações da área da saúde. A maioria da população tem

dificuldade de compreender isso. Portanto, temos de tentar esclarecer essa situação didaticamente.

Em Minas Gerais há diversas regiões. Só que, para efeito da saúde, a Secretaria mapeou o Estado dividindo-o em macrorregiões. Essas macrorregiões são diferentes das geográficas tradicionais que existem na lei territorial do Estado - Triângulo, Sul de Minas, Zona da Mata. Essa divisão de macrorregião leva em conta a estrutura de saúde da região. Por exemplo, no Norte de Minas, a sede da macrorregião é Montes Claros; no Centro-Oeste mineiro, onde moro, a sede é minha querida Divinópolis; no Campo das Vertentes, caminhando para o Sul de Minas e Sudeste, temos uma macrorregião cuja sede é em Barbacena. Cidades como Bom Sucesso, que está perto de Oliveira, a uma longa distância de Barbacena, têm como sede macrorregional Barbacena. São João del-Rei, que é quase do mesmo tamanho e que polariza em seu entorno mais de 30 Municípios, fica subordinada a Barbacena, que é a sede de microrregião. São João del-Rei tem de ter tratamento de sede de macrorregião, precisa de mais investimentos para prestar atendimentos de média e alta complexidades. O paciente de São João del-Rei sempre procura seus dois hospitais filantrópicos, assim como as cidades vizinhas, que são muitas. Não queremos, em nenhum momento, tirar o mérito e a importância de Barbacena, que é fundamental, pois ela tem importância estratégica e deve continuar sendo sede de macrorregião, mas devemos ter ali duas sedes de macrorregiões, a chamada sede bipolar, como já existe no Sul de Minas. O Deputado Doutor Rinaldo conhece profundamente esse assunto e está nos ajudando muito desde que chegou à Assembléia, especialmente na Comissão de Saúde. No Sul de Minas, temos uma região que é tripolar - parece-me que são Poços de Caldas, Pouso Alegre e Alfenas -, composta por três pólos macrorregionais de uma mesma região. Por que essa preocupação? Porque, sendo pólo de macrorregião, a cidade-pólo recebe maior volume de dinheiro para melhorar seus hospitais e o atendimento de saúde. Com isso vamos melhorar toda a região de Campo das Vertentes, cuja cidade-referência é São João del-Rei. Já conseguimos isso para Divinópolis há quatro anos e agora, ao lado do Deputado Rinaldo, estamos batalhando para conseguir mais.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Muito obrigado pelo aparte. Cumprimento-o pela fala. V. Exa. está muito entrosado na área de saúde, é um companheiro que discute todos os problemas de saúde no nosso Estado. Hoje, na Comissão de Saúde, foi aprovado um requerimento de sua autoria, e estaremos lá em São João del-Rei. A Comissão de Saúde irá a São João del-Rei, com a sua presença, para discutirmos as questões das microrregiões. Em outro reduto eleitoral de V. Exa., Oliveira, há três cidades que têm condições de assumir o tratamento da saúde na microrregião: Santo Antônio do Amparo, Oliveira e Campo Belo. São três cidades da mesma microrregião. Oliveira está trabalhando para ter alta complexidade em ortopedia.

O Secretário Marcus Pestana já está de acordo e vai trabalhar para tentar levar isso para Oliveira. Então, o aparte é só para avisar que estaremos com V. Exa., na sua região, e que já foi aprovado na Comissão de Saúde. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado, Deputado Doutor Rinaldo. Concluindo, Sr. Presidente, fico extremamente feliz por podermos fazer essa audiência em São João del-Rei e por ter essa cidade como sede de macrorregião, como também, como foi bem lembrado pelo Deputado Doutor Rinaldo, por ter Oliveira, Campo Belo e Santo Antônio do Amparo como sede de microrregião. Com isso, vamos conseguir o que já conseguimos para Divinópolis, não é, Deputado Doutor Rinaldo? Acabamos de conseguir 621 mil, pelo Pró-Hosp, para Divinópolis. Por quê? Porque lá é sede de macrorregião de saúde, senão não teríamos conseguido esse dinheiro do Pró-Hosp, para melhorar o pronto-socorro de Divinópolis. Muito obrigado, Sr. Presidente, especialmente pela tolerância de alguns segundos a mais.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores telespectadores, desde o dia 1º de maio o jornal "O Tempo" fez uma avaliação da gestão municipal em Teófilo Otôni. De lá para cá, tenho procurado não comentar a respeito da administração pública de Teófilo Otôni para evitar que um clima de beligerância se estabeleça naquela cidade. Aliás, a pedido do próprio Governador e do Presidente Lula, há oito meses estamos deixando de comentar a respeito da administração municipal de Teófilo Otôni. No ano passado, foi preciso que fizéssemos aqui um apelo dramático à Comissão de Saúde para que comparecesse àquela cidade e trouxesse os resultados da sua avaliação para o Secretário de Saúde, Marcus Pestana. Estávamos vivendo um caos muito preocupante: lá estava fechado o pronto-socorro municipal; a administração mandou fechar o hospital municipal, foi fechado o Hospital Vera Cruz e paralisada a atividade do Hospital São Vicente de Paulo. Portanto, restou um único hospital na macrorregião, que é tão importante, como ressaltaram os Deputados Doutor Rinaldo e Domingos Sávio.

A atuação das macrorregiões é muito importante para as cidades circunvizinhas porque é lá que toda a região busca uma atenção básica mais segura e, sobretudo, os procedimentos de médio porte e os mais avantajados.

Conseguimos, com o governo do Estado, Sr. Presidente, já há quase dois anos, R\$1.100.000,00 e implantamos no Hospital Santa Rosália um serviço de hemodinâmica. Está tudo pronto lá, porém há um ano e meio sem funcionar. A esposa de um companheiro nosso, Eustáquio Coimbra, teve um problema grave, e fomos contar com a hemodiálise do serviço de hemodinâmica, o que não foi possível, e tivemos de transportá-la para Belo Horizonte.

Teófilo Otôni está a 450km da Capital e é o último porto, mais ou menos seguro, para a saúde. No entanto, depois de tanto esforço, de o governo do Estado ceder o dinheiro e implantar a hemodinâmica, não tem o profissional e não tem sequer o operador que faça o exame ou opere a máquina de hemodiálise, a específica, aquela de longa duração.

Temos aquela normal. Lá temos dois serviços, um deles que levamos e outro que ampliamos. Mas vejam o desatino: o governo do Estado aplica R\$16.000.000,00 e somente agora, nos últimos dias, o hospital municipal reabriu suas portas, após três anos de paralisação. Mais recentemente é que houve um pouquinho de resolutividade no atendimento do pronto-socorro.

O jornal "O Tempo" foi lá, como está fazendo em todo o Estado de Minas Gerais. Em todas as cidades de porte médio de Minas o jornal "O Tempo" tem feito uma pesquisa de opinião pública. Não vou-me referir a pesquisa política de intenção de voto, vou-me referir apenas ao trabalho feito de avaliação da gestão municipal. Os números aparecem de forma clara. Um total de 59,2% da população desaprova o atual governo de Teófilo Otôni. Em relação às promessas de campanha feitas em 2004, a pesquisa diz que apenas 3,73% dos moradores afirmam que a atual gestão tem cumprido as promessas; 3,73% reconhecem que a atual mandatária de Teófilo Otôni cumpriu suas promessas; 24,8% disseram que a Prefeitura nada cumpre quanto ao que foi prometido. Os que consideram que boa parte, não tudo, do que foi proposto foi cumprido somam 20,9%; 59,2% da população de Teófilo Otôni não aprova a atual administração.

A pesquisa é de 1º de maio, mas volta a esse assunto somente hoje. Há oito meses tenho evitado comentar a respeito do funcionamento da gestão da nossa cidade, mas a situação chegou a um ponto que pelo menos algumas verdades precisam ser ditas. A conta de água da Prefeitura, por exemplo, já chegou a um déficit, não pago à Copasa, de R\$10.000.000,00. A conta de energia elétrica, da iluminação pública e dos prédios públicos beiram os R\$3.000.000,00. A dívida com fornecedores ultrapassa R\$12.000.000,00. A dívida com o sistema de previdência, incluindo aí apropriação indébita daquilo que é retido dos servidores e não repassado à Previdência própria, Sisprev, já ultrapassa os R\$5.000.000,00. Minha terra está caminhando para a inviabilidade administrativa, para a impossibilidade de governo, para a impossibilidade de condução dos negócios públicos, impossibilidade de fazer qualquer coisa, mesmo com recursos próprios.

Mas devo aqui, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, agradecer ao Presidente Lula. O Presidente Lula, no ano passado, fez uma medida provisória possibilitando que os Municípios, mesmo estando em dívida com o INSS, com o Fundo de Garantia, com os compromissos de convênios firmados com o governo federal e com o governo estadual, mesmo devendo, ainda recebessem recursos do PAC. O Presidente Lula encontrou uma saída jurídica interessante. É proibido ao governo do Estado, sempre foi proibido que as verbas não obrigatórias, que os repasses voluntários fossem feitos a partir de um determinado momento, exatamente num ano eleitoral como este.

Mas o Presidente Lula viu que a maioria dos Municípios têm problemas, e essas dificuldades não poderão impedir que o governo federal lhes dê uma pequena ajuda. Saindo da esfera do Município de Teófilo Otôni, vamos generalizar. Ainda ontem, vários Parlamentares se pronunciaram aqui em relação a dívidas herdadas dos Prefeitos - falaram os Deputados Carlos Pimenta e Paulo Guedes - e o drama que eles enfrentam pela incompetência administrativa dos gestores do passado e pela falta de espírito público. Tudo isso causa uma situação muito ruim para todos os Municípios. A irresponsabilidade e a incompetência são duas coisas que andam juntas em grande parte das localidades. Os Prefeitos, terminando os seus mandatos e precisando receber os recursos das emendas que os Deputados Estaduais e Federais fizeram ao Orçamento, não podem recebê-los. E não o podem porque os Municípios estão inadimplentes, estão no SPC, no Serasa. Na verdade, em órgãos públicos, os nomes são Siafi, Cadin, Caged, diferentes dos que existem para a pessoa física. Então esse momento de lamentação do que acontece na minha terra vem superado por uma homenagem que presto ao Presidente Lula de estar passando por cima da lei eleitoral, das exigências que são antigas na legislação brasileira, para que não se percam os recursos do PAC.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Agradeço, Deputado Getúlio Neiva, o seu posicionamento. Aproveito este momento para registrar que se encontram conosco aqui, nas galerias, os trabalhadores da educação do Sind-UTE, manifestando-se em relação às questões salariais e funcionais. Registro duas ou três importantes bandeiras dos nossos servidores da educação. Primeiramente, já faz um tempo que a pauta está sendo discutida nesta Casa Legislativa e com o Governador de Minas, especialmente no que diz respeito ao reposicionamento das nossas categorias em relação à carreira no aspecto de tempo de serviço e habilitação. Então uma das reivindicações diz respeito a cuidar para que, nas tabelas salariais, haja o reposicionamento imediato, levando-se em consideração tempo de serviço e habilitação. Outra questão refere-se a uma luta importante: o piso salarial. Nas discussões salariais, tivemos o teto, e não o piso. Permanece, então, a luta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação: Minas Gerais precisa de um piso, votado hoje, nacionalmente, no valor de R\$950,00. Quem está entrando na carreira começa com o piso, mas quem já está na carreira há muitos anos, com os seus benefícios, precisa ter garantido o piso, além dos benefícios e das vantagens complementares da carreira dos educadores de Minas Gerais. Outro ponto é em relação ao vale-transporte. Quero dizer ao Sind-UTE e a todos os trabalhadores da educação que temos uma emenda traduzindo essa realidade para Minas Gerais, mas o Estado concorda em conceder apenas para as cidades com mais de 100 mil habitantes. A nossa emenda é para que esse benefício seja para todos os servidores do Estado. Além da recomposição do salário-família, há um conjunto de reivindicações para uma das categorias dos serviços públicos mais importantes. Somando, então, à luta dos servidores da saúde, os trabalhadores da educação fazem essa reivindicação pelo reajuste salarial, pelo reposicionamento e, principalmente, pela valorização da educação em Minas Gerais. Muito obrigada.

O Deputado Getúlio Neiva - Sou eu quem lhe agradeço. O aparte de V. Exa. enobrecer o meu discurso de hoje.

À guisa de exemplo, no meu Município, os professores, quando fui Prefeito, andavam de graça, com os alunos, no transporte escolar.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado Getúlio Neiva, agradeço este aparte que V. Exa. me concede. Ao parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e demonstrar minha admiração por V. Exa., gostaria de aproveitar a presença nesta Casa dos profissionais da educação, para lembrar-lhes que 18 de maio é o Dia Nacional de Combate à Exploração e ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, tema que diz respeito a todos nós, mas, sobretudo, aos profissionais da educação. Nessa data será realizado evento pela Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas de Violência - Afavi. Faremos uma passeata, sobre a qual amanhã darei maiores detalhes. Estamos acompanhando bem de perto essa luta contra a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Aproveito o prestígio de seu pronunciamento para antecipar esse comunicado. Espero amanhã fazer pronunciamento especificamente sobre esse grande encontro e sobre essa grande passeata, a ocorrer no dia 18 de maio. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Concluindo meu pronunciamento, Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Eros Biondini, a quem digo que tem dívida comigo de fazer uma apresentação em Teófilo Otôni. Estamos aguardando data para, juntos, fazermos nesse Município um movimento cristão em defesa da vida.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Estou às ordens, basta marcar a data. Com muito prazer, iremos a Teófilo Otôni.

O Deputado Getúlio Neiva - Para não obliterar a pauta e atrapalhar os companheiros, não pedirei delongas para o meu pronunciamento. Voltarei a falar pelo art. 70. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Doutor Rinaldo - Caro Presidente da reunião desta tarde, Srs. Deputados, cidadãos que nos visitam, funcionários da área de educação deste Estado que estão conosco nesta tarde, telespectadores da TV Assembléia, é um prazer estar de volta a esta tribuna para trazer-lhes alguns assuntos relevantes de interesse do nosso Estado e de minha Divinópolis.

Inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de prestar homenagem ao Hospital São João de Deus, grande hospital da Macrorregião do Centro-Oeste, pelos seus 40 anos de trabalho e serviços dedicados a Divinópolis e toda a região. Esse hospital, pertencente à Fundação Geraldo Correa, presta atendimento quase que exclusivamente pelo SUS. O Hospital Santa Lúcia tem pequena parcela de atendimento pelo SUS. O Hospital São João de Deus, apesar de todas as dificuldades, está agora em plena expansão do seu número de leitos, principalmente pelo SUS, o que requer coragem. Os responsáveis por esse hospital confiam no governo do Estado e nas verbas do Pró-Hosp e nos parlamentares, que ajudam a instituição a continuar prestando serviços de qualidade a toda a região Centro-Oeste e a realizar novos investimentos. Neste momento, envio um abraço ao Frei Ronan, ao Dr. Alair, a todos os médicos e funcionários desse hospital, os quais fazem da instituição um exemplo de atendimento à saúde em Minas Gerais. Gostaria de cumprimentar também o Dr. Rinaldo Campos Soares, a quem agradeço a correspondência que nos enviou colocando-nos a par de seu afastamento, após 18 anos, da Presidência do Sistema Usiminas, composto pela Usiminas, Usiminas Mecânica, Cosipa e algumas outras empresas menores, mas importantes. Trata-se de um grande e complexo que trabalha com o aço. É uma empresa exemplo, cidadã e válida, como diz o Dr. Rinaldo, e que esteve sempre preocupada não só em angariar lucros. É claro que vivemos em um mundo capitalista, e o lucro é importante para a empresa continuar gerando recursos e empregos. O melhor trabalho social que uma empresa pode fazer é gerar empregos. O sistema Usiminas é um grande exemplo para o Brasil e para o mundo de uma empresa válida.

Deixo aqui o meu abraço ao Dr. Rinaldo Campos Soares pelo brilhante trabalho frente à presidência dessa empresa. O Dr. Rinaldo fez parte da privatização da empresa. Já era Presidente da empresa quando esta ainda era uma estatal. Foi o primeiro emprego do Dr. Rinaldo, e ele chegou à presidência da empresa. A empresa adquiriu a Cosipa, que estava em situação difícil, e a levantou; hoje é uma das grandes empresas do sistema Usiminas. Cumprimentamos o Dr. Rinaldo, que hoje vai para o conselho administrativo da empresa. Faz parte do estatuto da empresa o Presidente deixar a presidência quando completa 70 anos, mas o Dr. Rinaldo é um jovem senhor de 70 anos, que poderia continuar muito ainda à frente daquela empresa.

A Deputada Cecília Ferramenta (em aparte)\* - Gostaria de agradecer o aparte e parabenizar o Deputado pelas palavras. Como cidadã de Ipatinga, posso testemunhar o trabalho brilhante que foi desempenhado pelo Dr. Rinaldo Campos Soares à frente da Usiminas, levando muitos benefícios para Ipatinga e para toda a região do Vale do Aço. Se hoje essa região tem o reconhecimento que tem, não é apenas por existir lá uma empresa siderúrgica, mas por ter à frente dessa empresa pessoas que têm coração, sentimento e emoção. Foi tudo isso que agregou esse valor à Usiminas e transformou a cidade de Ipatinga e o Vale do Aço. Parabéns ao Dr. Rinaldo Campos Soares. Parabéns ao Deputado Doutor Rinaldo pelas palavras alusivas à Usiminas e ao Dr. Rinaldo.

O Deputado Doutor Rinaldo - Agradeço as palavras da Deputada Cecília Ferramenta, que faz coro comigo no cumprimento e no reconhecimento do trabalho prestado pelo Dr. Rinaldo Campos Soares à frente da Usiminas. Ela disse que não só Ipatinga mas toda a região do Vale do Aço foram agraciadas por obras e serviços da Usiminas. Acrescento que a minha Divinópolis também teve uma boa parcela de recursos oriunda dos

trabalhos sociais daquela empresa nas mãos do Presidente divinopolitano Dr. Rinaldo Campos Soares. Cito o nosso Teatro Municipal de Divinópolis, cujos recursos, em grande parte, foram adquiridos por meio da Usiminas. Não posso deixar ainda de citar uma obra da Igreja Católica em uma região carente de Divinópolis. A Usiminas presenteou essa comunidade com toda a estrutura metálica para o telhado da igreja, num valor acima de R\$40.000,00. Sr. Presidente, quero cumprimentar também as cidades de Pitangui e Divinópolis. Pitangui está recebendo hoje o título de Cidade Amiga de Divinópolis. Essa administração do Prefeito Demétrius, no período do aniversário da cidade, sempre faz um agrado, uma parceria com uma cidade da região do Centro-Oeste, concedendo o título de Cidade Amiga de Divinópolis. Desta vez, a cidade que recebe esse título é Pitangui. As autoridades municipais de Pitangui receberão hoje, na Câmara Municipal de Divinópolis, o título de Cidade Amiga de Divinópolis. Essa cidade fará parte das comemorações de aniversário da nossa querida Divinópolis, no próximo dia 1º de junho.

Sr. Presidente, quero também cumprimentar os trabalhadores do ensino do Estado de Minas Gerais. Eles estão hoje na Praça da Assembléia, em um movimento para reivindicar melhores condições de trabalho e salários. Sabemos como é uma classe sofrida.

Sei também que eles estão tentando uma audiência com o Governador do Estado, por isso desejo-lhes sucesso na consecução dessa audiência, para que consigam sensibilizar o nosso Governador, que é uma pessoa voltada para toda a área social e administrativa do Estado. Vemos aí o seu índice de aprovação, mas sabemos que os trabalhadores do ensino, há muitos anos, precisam de uma atenção, embora este governo já lhes tenha dado um pouco disso. Os funcionários mais antigos estão tendo menos privilégio e sofrendo, em comparação aos novos funcionários, que estão chegando agora. Por isso lhes desejo sucesso nas suas negociações. Contem com esta Casa. Tenho certeza de que todos os Deputados são sensíveis à causa dos professores e dos trabalhadores da educação. Esta Casa está aqui justamente para isso, para recebê-los e desejar-lhes boas-vindas.

Sr. Presidente, faz dias que tivemos uma audiência pública na Comissão de Saúde, e o assunto foi a residência médica. Não podemos deixar de discutir esse assunto após essa audiência pública, que foi pedida pelo Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Carlos Mosconi. Foi uma audiência importante nesta Casa, porque vemos que muitas escolas estão preocupadas em formar o aluno, esquecendo-se da qualidade profissional desse novo médico que é colocado no mercado de trabalho.

Abro aspas para falar das boas escolas de medicina que temos no nosso Estado. Uma escola não pode contar apenas com a mensalidade dos seus alunos, visto que ela também tem de se preocupar, sim, se ela é uma escola particular, com o seu lucro, para continuar investindo na formação médica e na qualidade do profissional, sem esquecer que, a partir dos seis anos, o seu aluno estará cuidando de pessoas. Sabemos que muitas escolas não têm esse compromisso na formação continuada do aluno. Digo isso em relação à residência médica. É por isso que temos de levar em frente, para o Congresso Nacional, a referida audiência pública, mediante um manifesto feito nesta Casa, para que todas as escolas médicas tenham um convênio com um hospital-escola ou com o seu próprio hospital-escola, além de uma residência médica, ou seja, um compromisso na formação continuada desse profissional.

Muitas vezes, o profissional formado quer se especializar, mas não consegue em virtude do número limitado de vagas em residência médica, apesar do grande número de escolas destinadas à formação médica. Esses profissionais acabam indo trabalhar no Programa Saúde da Família, que hoje está ofertando emprego para os profissionais médicos, mas, muitas vezes, a qualidade desse atendimento para as pessoas mais humildes, que precisam de um programa público de saúde, contará com profissionais que não estão em condições de dar-lhes uma atenção digna no tratamento de seus males. Assim sendo, por várias vezes, aqui, vamos falar sobre esse compromisso que toda escola de medicina de Minas Gerais e também do Brasil deve ter com os seus alunos - vamos levar isso ao Congresso Nacional - e também com a formação continuada de seus ex-alunos. Então, que a escola tenha um hospital-escola e uma residência médica.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a cessão da palavra. Por hoje é só, muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, TV Assembléia e servidores da educação que nos honram com sua presença. Registro nosso compromisso com essa valorosa classe, que tem estado sempre trabalhando conosco, buscando ações maiores nessa área tão importante de Minas.

Dentro dos poucos minutos que me restam, gostaria de fazer algumas considerações importantes. O Município de Extrema, que fica no Sul de Minas, próximo ao Estado de São Paulo, viveu momentos muito felizes na semana passada em sua estrutura administrativa e paroquial e para seu povo. O Município de Extrema, cuja padroeira é Santa Rita de Cássia, foi elevado a santuário por determinação do Santo Padre o Papa, por meio do processo que tramitou pela Diocese de Pouso Alegre, que tem à frente o Arcebispo D. Ricardo Pedro. Pude participar dessa maravilhosa festa religiosa em que estavam milhares de devotos da padroeira. Esse foi um momento importante para o Município, que teve sua paróquia transformada em santuário. Faço muita questão de dizer isso nesta tribuna porque são poucos os santuários de Minas Gerais - apenas seis - e Extrema agora faz parte como Santuário de Santa Rita de Extrema. Aliás, o procedimento para a mudança do nome já está sendo proposto pelo Prefeito Sebastião Rossi e pela Câmara Municipal, através do plebiscito que poderá ocorrer no próximo ano, uma vez que este ano é eleitoral. Sem dúvida, essa foi uma festa religiosa que há muito tempo não acontecia na região, graças ao trabalho do Pe. José Franco, que conseguiu a transformação da paróquia em santuário.

Faço esse registro porque tenho o prazer de ser votado nesse Município com nosso dileto Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, e também com o Deputado Federal Rodrigo de Castro. Manifesto nossa satisfação, e que fique registrado nos anais da Casa esse momento muito feliz na vida religiosa do Município de Extrema.

Gostaria de saudar também o Município de Cristina, na pessoa do Prefeito Luiz Dárcio Pereira, que está completando mais um aniversário de emancipação política. Tive o prazer de participar com ele e com as autoridades municipais da saúde da inauguração do PSF, projeto importantíssimo encampado pela administração municipal com recursos do governo do Estado. O Prefeito entregou à população um moderno estabelecimento de saúde. Participei desse evento com representantes da região e da Secretaria de Saúde, e verificamos a importância da saúde preventiva. O Município de Cristina tem dado demonstração inequívoca de a saúde ali pode ser considerada uma das melhores da região. Além de parabenizar o Município, que nesta semana completa mais um aniversário de emancipação, registro também o momento festivo para entrega dessa importante unidade de saúde a todos os municípios.

O Município de Inconfidentes também entregou à comunidade uma unidade básica de saúde. Hoje tenho o privilégio de ser Deputado majoritário no Município, bem vizinho à minha querida Ouro Fino. Trata-se de um dos mais modernos estabelecimentos de saúde entregues à população pelo Prefeito Celso Bonamichi, também com recursos do governo do Estado e a contrapartida do Município.

Quando falamos desta tribuna de como se tem injetado recurso na saúde de Minas Gerais e da maneira correta, como vem fazendo o Secretário Marcus Pestana com total apoio do nosso Governador, isso merece consideração. São unidades de saúde que estão sendo construídas em favor da população, na ordem preventiva e com todos os ambulatórios, garantindo qualidade de vida e colocando a saúde em primeiro lugar. Assim, tanto em Cristina quanto em Inconfidentes, cidades sul-mineiras, tivemos a satisfação de participar da inauguração dessas unidades, que representam o marco maior da saúde dos Municípios. Também gostaria de deixar registradas nos anais da Casa as nossas felicitações ao Prof. Ivan Ferrer, Diretor da nossa Faculdade Campanha da Princesa, na cidade sul-mineira de Campanha. O Prof. Ivan

tem feito um trabalho extraordinário à frente dessa instituição, que é filiada à Uemg, universidade de que temos participado ativamente, em Belo Horizonte, e cuja Reitora é nossa caríssima Profª Janete. No Sul de Minas, a Uemg, por meio da Campanha da Princesa, tem dado demonstrações extraordinárias da qualidade do seu corpo docente, e, por um ato do Governador, o Prof. Ivan Ferrer foi conduzido à direção por mais um mandato, com todo o Conselho Fiscal e todo o Conselho Diretor, que tão bem tem administrado o ensino superior daquele Município e da região. A Campanha da Princesa está dando início a novos projetos, e muito em breve teremos o curso de Direito, cujo processo já está em tramitação na OAB e junto ao próprio Conselho Estadual. Com certeza, será um marco histórico para todos aqueles que moram no Sul de Minas ter esse importante curso sendo ministrado na Campanha da Princesa, que segue sob o comando do Prof. Ivan Ferrer. Há poucos dias, na sexta-feira, tivemos o prazer de conduzir uma importante comitiva ao Palácio da Liberdade, onde estivemos com o Governador Aécio Neves, tratando de questões relacionadas ao setor têxtil de Minas Gerais. Naquela oportunidade, estiveram conosco inúmeros empresários e o Presidente da Abit, Dr. Aguinaldo Diniz. Fomos dar conhecimento ao Governador do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Têxtil, movimento iniciado em Brasília, com o apoio de vários parlamentares, entre os quais o Deputado José Fernando, de Minas Gerais. Hoje, o setor têxtil é o que mais emprega no Brasil, particularmente em nosso Estado. O Governador, que muito tem ajudado, tem participado efetivamente na redução de carga tributária e na substituição tributária, com várias ações; particularmente, com algumas emendas que vieram ao encontro desse setor que tanto gera emprego em nosso Estado. Fizemos, então, um relato ao Governador em que pudemos demonstrar a ele a preocupação do setor neste momento tão importante na economia de nosso país. Já discutimos nesta Assembléia Legislativa a invasão chinesa. A importação de produtos chineses, de fato, tem retraído muito a indústria brasileira, mas, ainda assim, haveremos de, com o auxílio do Governador, buscar ações importantes para esse setor que emprega milhares de operários valiosos. Devo dizer também que, nesse final de semana, o Município de Jacutinga, hoje reconhecido como a Capital das Malhas, vai realizar a sua 12ª edição da Festimalhas. Com certeza, estaremos participando desse importante evento, que gera empregos e contribui ativamente com a economia da nossa região. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Quero cumprimentar a Mesa, os Deputados e as Deputadas presentes neste Plenário e Minas Gerais. Sr. Presidente, a minha fala é breve. Já me manifestei anteriormente, mas quero reforçar uma solicitação feita pelos trabalhadores da educação de Minas Gerais. Quero ainda transmitir as suas aspirações e reivindicações, que estão sendo feitas hoje, aqui, na praça da Assembléia.

Hoje a nossa fala trata exatamente deste tema tão importante para Minas, a educação; uma educação que precisa passar prioritariamente pela valorização dos servidores, uma das políticas públicas mais importantes, considerada assim pela população e referendada por ela.

Quero também falar da importante organização histórica da qual também fiz parte, no início da sua construção, quando ainda era União dos Trabalhadores de Ensino - UTE. Depois, ao longo dos anos, transformou-se no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE. Registro a luta permanente do Sind-UTE e de todos os servidores da educação, primeiramente para se ter uma educação de qualidade, depois para se ter a valorização dos educadores em Minas Gerais e no Brasil e, a partir daí, também um atendimento de qualidade à nossa população.

Então, Deputada Ana Maria, algumas questões foram apresentadas ao Governador de Minas, e queremos reforçá-las neste momento.

Já realizamos esse debate na coordenação intersindical, que reúne grande parte das categorias de servidores em Minas Gerais, incluindo os da saúde e da educação.

Neste momento, estamos debatendo o reajuste dos servidores da saúde e também a permanência da carga horária de 30 horas para os técnicos em enfermagem da Fhemig.

Relativamente à educação, queremos registrar sua pauta de reivindicações, que está sendo apresentada à Secretaria de Educação e ao governo de Minas Gerais. Primeiramente, faz-se necessário regulamentar as tabelas salariais, a lei que as aprovou, exatamente naquele ponto fundamental: o reposicionamento considerando tempo de serviço e de habilitação dos nossos servidores. Depois, tem-se de corrigir as tabelas salariais. Não queremos, em Minas Gerais, o teto, mas, sim, o piso salarial, para garantir a valorização dos nossos educadores.

O governo de Minas discutiu um piso de R\$850,00. O governo federal está apresentando um piso de **R\$950,00, e os trabalhadores da educação apresentam uma proposta com piso diferenciado para os diversos níveis: R\$840,00 para o nível médio e R\$1.260,00 para o nível superior com jornada de 24 horas; R\$1.050,00 para o nível médio e R\$1.575,00 para o nível superior com jornada de 30 horas. Há mais propostas apresentadas além desse valor para jornada superior a 40 horas. Esse debate é fundamental para que Minas Gerais considere a importância da categoria dos trabalhadores em educação.**

**Há também mais algumas propostas importantes, como a concessão do vale-transporte para os trabalhadores que necessitam de condução para ir ao trabalho e tíquete-alimentação para todos. Registro que tramita nesta Casa uma emenda que foi discutida com o governo. Queríamos o benefício para todos os mineiros, mas o que foi possível até o momento é que as cidades acima de 100 mil habitantes tenham vale-transporte para todos os servidores do Estado, incluindo os da educação. Repito: queremos que o benefício seja para todo o Estado de Minas Gerais. Até o presente momento a proposta é que isso ocorra nas cidades acima de 100 mil habitantes.**

**Queremos também a recomposição do salário-família e a valorização dos trabalhadores da educação para que, garantindo o pagamento por habilitação, possam traduzir no incentivo financeiro os cursos de formação. Para ter qualidade no ensino é preciso que os nossos educadores estejam habilitados, e, para conseguirem essa habilitação, precisarão fazer curso de formação, o que requer recursos. Portanto, é preciso o comprometimento do Estado de Minas Gerais com o plano de carreira para garantia da habilitação.**

**Outro ponto importante para democratizar a educação em Minas Gerais se refere às eleições diretas para as nossas escolas públicas, garantindo a presença de todos, independentemente do número de chapas inscritas. Assim, a comunidade fará a escolha, sendo determinado o período de gestão. Isso é significativo, pois às vezes a comunidade participa, indica e depois a sua decisão não é referendada pela direção, pelo governo e pela Secretaria de Educação.**

**Há mais uma reivindicação dos educadores: reestruturação do Ipsemg, que é efetivamente o cuidado com a saúde e a aposentadoria dos nossos trabalhadores em educação, especialmente na ampliação dos serviços e do quadro de funcionários, para termos informatização, médicos para as áreas com maior demanda, enfim, atendimento mais digno em todo o Estado.**

No interior, especialmente, há uma reclamação permanente a respeito da necessidade de ampliar o atendimento e as especialidades, de melhorar o quadro de funcionários, para que o Ipsemg efetivamente atenda ao conjunto dos servidores do Estado de Minas Gerais.

Essas, Deputado Padre João, são algumas reivindicações apresentadas nas negociações com o governo de Minas, por meio do Sind-UTE e da Bancada de Oposição do PT, para ajustar essa pauta de reivindicações à valorização da educação e do magistério no Estado. É importante este momento de discussão sobre a educação em Minas. Hoje temos um plano de desenvolvimento da educação, temos o Fundeb, temos mais investimentos e mais recursos federais para a educação em todo o País. Os Municípios estão recebendo mais investimentos para a educação infantil. Há também a valorização do ensino fundamental, a ampliação das escolas técnicas profissionalizantes no ensino médio e a expansão

das nossas universidades federais em todo o País e no Estado de Minas Gerais. A educação realmente é prioridade nacional e precisa do cuidado de todos nós. Hoje o Presidente Lula tem sinalizado a importância da educação por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação, dizendo que não há desenvolvimento e crescimento do País que não venha e não passe pela valorização da educação e dos trabalhadores da área. Então, que Minas faça esse dever de casa, valorize os nossos trabalhadores, todas as nossas escolas públicas e que traduza isso em bons salários, dignidade e qualidade de ensino para o Estado.

Quero parabenizar o Sind-UTE e a nossa categoria, que aqui se encontra, mais uma vez, manifestando que é resistente na luta. Ao longo de muitos anos, traduz que a educação deve ser prioridade de todos os governos, do governo municipal, de Minas e do Presidente Lula. Que avancemos numa concepção de educação para todos, numa concepção de educação para a cidadania, para a participação e para a luta, respeitando democraticamente toda diversidade e todas as posições. A educação é importante para humanizar a sociedade pelo conhecimento, possibilitando, assim, escolhas para a vida e garantindo que as pessoas sejam cada vez mais emancipadas, no papel de sujeito da sua história. A educação tem um papel importante e fundamental na construção da cidadania, da democracia e da luta pela liberdade, para que as pessoas possam construir seus destinos com suas próprias escolhas.

Essa é a educação que desejamos para a nossa Minas Gerais e para o nosso país. Valorizando os trabalhadores, valorizando seu salário, sua carreira, sua habilitação e sua formação, garantimos a educação de qualidade e acabamos com a evasão escolar, fazendo com que as nossas crianças permaneçam nas escolas. Queremos também ampliar o debate em Minas Gerais. Queremos uma escola de tempo integral para a nossa juventude. Queremos superar os altos índices de violência e de criminalidade na infância, na adolescência e na juventude. Queremos ter escola em tempo integral, não apenas em alguns turnos. Queremos a educação em tempo integral para alunos e professores, para termos qualidade de ensino e facilidade para construir um destino e um futuro melhor para a nossa juventude.

Esse é o apelo que faço desta tribuna ao Governador de Minas, que olhe para a educação de Minas, a fim de melhorar nossos índices de qualidade para que nossas crianças permaneçam na escola e recebam de fato uma educação de qualidade.

Ontem foi dia 13/5/2008, e a abolição da escravatura até então não se concretizou. Ainda existem muitas questões para serem discutidas em Minas sobre o combate ao racismo e à discriminação. Temos uma reivindicação importante a fazer, que é implantar, nas escolas públicas de Minas Gerais, garantir na legislação, o estudo da história da África, da história dos afrodescendentes, a fim de que a luta contra a discriminação seja cada vez mais forte, para que respeitemos todas as diferenças e que negros e negras tenham uma participação efetiva na educação e na construção da cidadania. Parabéns pela presença e pela manifestação. Vamos continuar firmes na luta e perseverantes, porque não há vitória sem luta. Essa é a bandeira da classe trabalhadora. Muito obrigada.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente José Henrique, caros companheiros, colegas Deputados e Deputadas, hoje tivemos a satisfação e a felicidade de almoçar com o querido amigo e ex-Governador Newton Cardoso e trocar algumas idéias sobre política do nosso PMDB.

Nesta semana estivemos em Teófilo Otôni, nossa cidade, na nossa região, comemoramos o Dia das Mães em Caraiá, numa seresta em praça pública com o meu amigo Túlio Ribeiro e, Sr. Presidente, trazemos alguns assuntos para comentar. Recebemos lá a visita dos consultores do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - Bird -, que está aplicando um volume substancial de recursos no Programa de Combate à Pobreza Rural. Esse é um programa muito importante, tocado pelo Idene, que faz parte da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas. Os consultores visitaram projetos em Carlos Chagas, Serra dos Aimorés, Pavão, Itabirinha. E não visitaram projetos em Teófilo Otôni porque não há nenhum projeto na cidade, lamentavelmente. Parece-me que não se conseguiu montar projetos lá.

E aqui cabe uma reflexão, Sr. Presidente. Quando fui Prefeito pela primeira vez em Teófilo Otôni, criamos associações comunitárias rurais em todos os recantos do Município - 47 entidades representativas do setor rural. Teófilo Otôni, naquela época, tinha 12 Distritos e povoados. Um deles cresceu tanto que o transformamos em cidade: Novo Oriente de Minas. E levou mais um Distrito, então hoje temos 10 Distritos e povoados numa área de quase 4.000km<sup>2</sup>, com 4.640km de estrada, um Município grande e necessitado dos projetos do Programa de Combate à Pobreza Rural. No entanto não conseguimos entender se o Idene não está esforçando-se. Já tivemos lá dois Diretores - um Diretor companheiro nosso de Maxacalis e uma Diretora de Governador Valadares. Então não sei se é o Idene que não está esforçando-se. Não indicamos ninguém, por isso não temos nenhuma responsabilidade. Desde 1984 montamos, com todo o carinho, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que funcionava como órgão assessor da Prefeitura. Em função disso, criamos o Programa Municipal de Pólos Agrícolas, com 10 pólos, em que cada um tinha seu centro comunitário rural e seu trator agrícola para arar a terra de graça para os pequenos produtores. Fornecemos sementes, assistência técnica gratuita, fizemos crescer o setor rural da nossa terra. Quando o governo Aécio Neves lançou o PCPR, fiquei numa alegria imensa. Pensei: puxa vida, tudo o que fiz no passado será valorizado agora com o PCPR. Vai haver recurso, vai haver dinheiro.

A Prefeitura não precisa bancar sozinha esse grande projeto de pólos agrícolas que fizemos, o qual nos obrigou, Sr. Presidente, em pouco tempo, a construir em Teófilo Otôni um Ceasa, tal foi o crescimento da produção, em função do programa municipal de pólos agrícolas, que criamos a partir de 1983 até 1988.

Vem o governo do Estado, num momento importante, olhando com carinho para nossa região, e implanta o Programa de Combate à Pobreza Rural, com recursos do Bird, um organismo internacional. No entanto, nós, em Teófilo Otôni, ficamos assistindo à inauguração, à visita, a projetos e subprojetos em Carlos Chagas, em Serra dos Aimorés, em Pavão e em Itabirinha de Mantena. São competentes os Prefeitos dessas cidades.

O que me estranha, Sr. Presidente, em relação ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que criamos, é que a atual mandatária da cidade não o reconheceu e fez um outro, a fim de ter o controle político da instituição, mas, por incrível que pareça, ele não está funcionando. Os técnicos do Idene me informam que o Conselho não consegue, por meio das entidades filiadas, apresentar projetos. Não havendo projeto, não há como liberar dinheiro. Fico na dúvida se peço à Raquel Tupinambá para me explicar o que está acontecendo. E ela não quer explicar. Na verdade, não há projeto. Ninguém explica por que não há dinheiro, não há projeto e não sai dinheiro para as associações rurais do Município de Teófilo Otôni.

Fico preocupado com essa situação. Quem está errando? É o Idene? Ele está falhando em Teófilo Otôni? Há três anos, esse projeto está em atuação, mas não se consegue aprovar um projeto para a nossa cidade. Aprovamos para Catuji, para Carlos Chagas, para Serra dos Aimorés e para Pavão. Por que Teófilo Otôni, cidade-pólo do Nordeste mineiro, que tem uma infra-estrutura de representação da zona rural fantástica, criada por nós, não consegue? Lamentavelmente, criou-se um novo conselho, e não está havendo entendimento entre ele e o Idene.

Gostaria, Sr. Presidente, de pedir à direção do Idene, à nossa Secretária Elbe Brandão, que informasse a este Deputado se a culpa é dos técnicos do Idene, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou da Prefeitura de Teófilo Otôni. O fato é que não estão acontecendo os projetos.

Um outro fato deixa-nos perplexos, Sr. Presidente. Perguntei à Câmara de Vereadores, por meio do Presidente Norton Neiva, o que estava acontecendo, pois 540 localidades dos Vales do Mucuri, do Jequitinhonha e do São Mateus estão com concorrência pública em andamento para as obras de água e esgoto tratados, mas não havia nenhuma de Teófilo Otôni, que têm 10 Distritos e povoados. Vejam bem, nenhuma! Alega-

me o Presidente Norton Neiva que a Prefeita não mandou para a Câmara a lei autorizativa para que se pudesse votar a inclusão dos 10 Distritos e povoados de Teófilo Otôni no programa da Copanor, em que cada Distrito e povoado, com suas respectivas populações, receberiam os serviços de água e esgoto tratados, com o preço reduzido em torno de 30% a 35% da tarifa que é normalmente paga à Copasa.

Fico me perguntado, Sr. Presidente, o que está acontecendo na nossa terra. Por que essas coisas que levamos para lá acabam não resultando em nada? A Copanor está instalada em Teófilo Otôni, por uma decisão desta Assembléia, que a criou, e pelo Governador, que me permitiu que ela tivesse a sua sede instalada lá. Teófilo Otôni, com seu Rio Pretinho, com seu Brejão, com Pedro Versiani, com Crispim Jaques Bias Fortes, com todos os Distritos e povoados, não será beneficiada neste ano, lamentavelmente, pela Copanor, com serviço de água e esgoto tratados, porque a nossa Prefeita não mandou os projetos para a Câmara Municipal.

Sr. Presidente, fico ainda mais preocupado quando vejo, na revista "Veja", de âmbito nacional, matéria sobre Itabirito, de 38 mil habitantes, ressaltando o fato de que a cidade não precisa do Fome Zero. Infelizmente, a minha Teófilo Otôni precisa. Tínhamos 23 cozinhas comunitárias nos bairros mais pobres, nos distritos e povoados, para atender à população carente. Cada usuário da cozinha pagava, para almoçar ou para jantar, zero real. Não precisava nem dar o seu nome. A cozinha era mantida pela Prefeitura a custo zero para os seus usuários. Há um ano e meio, a Prefeitura da minha cidade, Teófilo Otôni, está anunciando um restaurante popular, cuja alimentação sairia a R\$1,00 para o usuário. A Prefeitura pagaria R\$1,40. O prato de comida ficaria por R\$2,40. Consegui o prato a R\$0,74. Fazem o anúncio, mas nada acontece. Anunciam milhões e milhões do PAC, mas esse dinheiro parece que empacou no meio do caminho. Não chega a Teófilo Otôni de jeito nenhum. Não começam nada. É só blabláblá, conversa e fuxico.

Dizem que o Lula irá a Teófilo Otôni. Quero ir com ele para aplaudi-lo, afinal é homem que respeito. É o nosso Presidente, no qual votei, a quem apoiei. Iremos lá, com toda a Bancada estadual e federal do PMDB. Nós o receberemos para ver se, dessa forma, Teófilo Otôni poderá desencavar a caveira de burro que enterraram na cidade, nos últimos três anos e meio. Não sei se sabem que, no interior, dizem que uma cidade não evolui se enterraram uma caveira de burro na praça principal. De lá, já desenterrei até restos mortais. Fiz ali uma estrutura melhor para evitar que alguém imaginasse que os restos mortais de Teófilo Otôni, localizados na Praça Tiradentes, pudessem ser confundidos com caveira de burro. E a cidade explodiu em crescimento.

Agora, todavia, estamos suspeitando que realmente há alguma coisa errada. Foram três anos e meio, Sr. Presidente. Está aqui a enquete sobre minha cidade, a pesquisa feita pelo jornal "O Tempo", de circulação em todo o Estado, e em muitos outros Estados da Federação, que mostra que 59,2% da população de Teófilo Otôni reprovam a atual administração. Alguns detalhes dessa pesquisa são interessantes. Veja, Sr. Presidente: 3,73% dos moradores afirmam que a atual gestão tem cumprido as promessas de campanha. Somente 3,73% afirmam que a atual Prefeita tem cumprido as suas promessas de campanha, o que mostra que, efetivamente, estamos vivendo do discurso, da fala. Isso não é brincadeira. Aliás, tenho o maior respeito pela cidadã, Prefeita da minha terra. Respeito pessoal por sua vida, por sua forma muito gentil e simpática de ser; todavia, fico imaginando como alguém se elege para quatro anos e trabalha seis meses, oito meses, nove meses. Afinal, já se passaram três anos e três meses. Arranjamos dinheiro para asfaltar o acesso a um bairro importante, chamado Turma Trinta e Sete, há mais de um ano. Erraram no projeto, e a emenda parlamentar do Deputado Federal Ademir Camilo não pôde ser aplicada porque a Prefeitura não conseguiu acertar o projeto.

Sr. Presidente, a minha cidade está sofrendo. Deixei, em caixa, R\$1.200.000,00, do projeto Somma, para calçamento de ruas. A Prefeitura devolveu esse dinheiro ao BDMG porque foi incompetente para continuar o calçamento das ruas, que eu já havia começado, que estava no meio do caminho.

Eu tinha mais R\$810.000,00 da Copasa de compensação por estradas para calçamento de ruas, Sr. Presidente, mas a Prefeita devolveu esses recursos porque não soube aplicá-los.

Houve uma pequena enchente em Teófilo Otôni, e Lula mandou R\$2.000.000,00. Devolveram R\$900.000,00 porque só conseguiram aplicar R\$1.100.000,00. O que está acontecendo em Teófilo Otôni, com todo o respeito que tenho pela nossa Prefeita e pelas pessoas, é o mais absoluto descalabro administrativo.

As pessoas não estão preparadas para administrar. Mesmo porque temos o Secretário de Fazenda, que veio da Jaíba e que só diz que encontrou com o Lula, que falou com ele, que Lula vai lá e que Lula vem cá. Temos outro Secretário que é de Valadares. Tínhamos um outro Secretário que era de Ipatinga. Esse foi pior porque no primeiro ano desviou R\$1.500.000,00 do caixa da saúde e colocou no caixa-geral da Prefeitura. No segundo ano, desviou R\$1.350.000,00 e colocou no caixa-geral da Prefeitura para tapar os buracos, para conseguir a aparência de que o governo ia bem. E foi embora. Desapareceu, sumiu.

O assessor principal, o Chefe de Gabinete da Prefeita, também sumiu, foi embora. Já trocaram de Secretário várias vezes. Colocaram agora mais quatro novos Secretários. E as coisas não funcionam.

Peço ao Presidente que me dê mais 2 minutos apenas para concluir.

Nesta semana, passando pela minha terra, tive a grata surpresa de ver que acenderam as luzes da iluminação do Rio Todos os Santos, que há um ano estava pronta, mas não se acendia a luz de jeito nenhum.

De outra parte, uma outra notícia muito ruim. Conseguimos R\$16.000.000,00 com o Secretário de Saúde, Marcus Pestana, para dar suporte à saúde de Teófilo Otôni. Interessante, Sr. Presidente, que o prazo venceu para aplicar uma parte desse dinheiro. Um hemocentro seria construído em Teófilo Otôni, mas essa verba já foi para Governador Valadares porque a Prefeitura não teve a capacidade para comprar o terreno para fazer a obra de R\$2.000.000,00.

Essa situação me preocupa muito porque acontece em um momento em que o Presidente Lula quer ajudar e que o Governador Aécio Neves também quer ajudar e não conseguimos ser ajudados. Estamos andando para trás, na dinâmica da marcha a ré. É preciso que os nossos companheiros, os nossos concidadãos de Teófilo Otôni prestem atenção nas coisas, porque precisamos pensar de fato em fazer alguma coisa para que esses recursos sejam aprovados.

Sr. Presidente, no próximo dia 27 estaremos com o programa desta Assembléia que se chama "Minas de Minas", para discutir mineração. Nessa discussão teremos a presença de todos os Prefeitos da região e de todas as entidades representativas de classe e profissionais, para debater a mineração. Teófilo Otôni é tida como a Capital mundial das pedras preciosas, mas, quando se fala em mineração, não se fala nas gemas coradas que hoje representam cerca de R\$250.000.000,00 de exportação para a balança comercial brasileira, mas que poderiam estar rendendo US\$3.000.000.000,00 se houvesse a aplicação correta. Discutiremos tudo isso em Teófilo Otôni.

A despeito de não haver governo em nossa cidade, da absoluta ausência de governo, veremos se conseguimos, por meio do Governador Aécio Neves e do Presidente Lula, fazer alguma coisa para dar um pouco mais de alento e de esperança ao nosso povo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João\* - Sr. Presidente, colega Deputado Getúlio Neiva, pessoas que nos acompanham pela TV Assembléia, gostaria de fazer um balanço desta semana e também da semana passada. Tivemos três momentos importantes, sobretudo para a região de Congonhas e Ouro Branco, próximo a Paraopeba. Primeiro, foi a realização do seminário "Minas de Minas", em Congonhas, que foi um grande sucesso, com mais de 150 participantes e mais de 12 Municípios presentes, com propostas interessantes de rever a lei da tributação sobre a mineração em Minas ou a partir de Minas. Grande parte da extração mineral está nessa região.

Pelo que sabemos, de acordo com a Lei Kandir, as empresas que extraem o minério para a exportação, como, por exemplo, a Vale, têm uma isenção do tributo para a exportação, o que, na verdade, não gera tantas divisas como dizem. E, quando a exportação do minério bruto é para a exportação, sem agregar valor nenhum, isso não gera emprego, como dizem que gera. E ainda ficam os problemas ambientais. É uma atividade necessária, mas não na velocidade em que estão fazendo, por não ter sustentabilidade econômica, social e ambiental para o povo. A situação é grave. Se a extração do minério fosse feita de forma moderada, de certa forma garantiríamos as nossas reservas; no entanto, da forma como essa extração vem sendo feita, estão apenas garantindo reservas em outros países e continentes.

Não posso negar o anseio que a nossa população tem em relação a esse seminário, com os seus desdobramentos concretos e com as propostas vindas das regiões, o qual terá o seu desfecho nos dias 9, 10, 11 e 12, no Plenário desta Casa.

Outro ponto a que gostaria de referir é a audiência pública sobre a Copasa realizada nesta semana, para discutir a situação de Congonhas. Só para se ter uma idéia do que foi dito nessa audiência, o mais grave foi o descontrole das contas de água, em mais de R\$1.000,00 ou R\$1.500,00, o que gera uma desconfiança em relação às cobranças de R\$90,00 e de R\$100,00. Será que estão sendo justas? O grande problema é a falta de critério na instalação dos hidrômetros. Numa mesma rua, existem 10 casas com hidrômetros e outras 20 ou 30 sem, além de outras ruas sem nenhum planejamento, o que permite que, nessa mesma rua, famílias vejam pessoas abusando do uso de água, enquanto outras famílias pagam contas caras. Houve um apelo, durante a audiência, para que se cobrasse tarifa mínima, em torno dos R\$19,00, para todas as famílias de Congonhas, até que sejam instalados os hidrômetros pelo menos em 90% das residências. Esse foi o apelo do Prefeito e também o nosso, até com requerimento.

Deputado Fábio Avelar, de repente somos surpreendidos por uma pessoa do Município de Congonhas que começou a divulgar que a Copasa definiu que cobrará uma tarifa mínima dos moradores de Congonhas. No entanto a diretoria, a Presidência da Copasa nem sequer comunicou esse fato à Assembléia Legislativa.

Nem precisava ser ao Deputado, mas à Casa, em consideração pela audiência pública realizada aqui. A diretoria da Copasa nem sequer comunicou ao Prefeito. Fui à Copasa com ele solicitar que cobrassem a tarifa mínima para garantir a paz no Município. Com esse gesto, a diretoria da Copasa foi desrespeitosa para com a Assembléia Legislativa e para com o Prefeito Municipal, Anderson Cabido, a primeira pessoa que deveria receber comunicação, além desta Casa.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Padre João, cumprimento-o pelo pronunciamento. Na realidade, deveríamos estar aqui comemorando essa grande conquista da população de Congonhas. Realizamos uma audiência pública muito representativa, e, pelo conhecimento que tenho do Presidente da Copasa, acredito que tenha sido um ruído na comunicação. O Márcio é uma pessoa que respeita muito esta Casa.

Mas Congonhas é uma cidade muito querida por todos nós. Eu mesmo tenho um grande amigo comum com o Prefeito, o Dr. Lúcio Vasconcelos, que também nos procurou para falar da dificuldade que aquela comunidade vivia. Contatamos a Presidência da Copasa, que ficou de estudar essa situação. Também não fui informado e acredito que tenha sido um ruído na comunicação, talvez um descuido. Mas o importante é que temos que comemorar essa grande vitória que a comunidade teve. Essa reivindicação foi justa, pois a Copasa precisa dessa cobrança por meio da medição do hidrômetro, que é um instrumento de justiça social e faz a cobrança do que é gasto efetivamente; porém, não seria justo uns pagarem antes de outros. A Copasa foi sensível, atendeu à reivindicação da comunidade, e isso é o importante. Temos que comemorar a justiça que foi concretizada pela Copasa; a exemplo também de um projeto que conseguimos aprovar nesta Casa e está para o Governador sancionar, que viabiliza a justiça social, por meio da medição individualizada em condomínios verticais e horizontais. Obrigado.

O Deputado Padre João\* - Obrigado. Outro assunto que desejo abordar diz respeito a uma conquista da comunidade de Ouro Preto, Ouro Branco e região. Já foi discutida nesta Casa a instalação do Parque Estadual da Serra de Ouro Branco. Na semana passada fomos surpreendidos com a notícia de que haveria uma reunião no IEF com uma determinada empresa, na qual celebrariam uma espécie de contrato garantindo uma licença para instalação do chacreamento na Serra de Ouro Branco, uma espécie de condomínio fechado. Na negociação, estariam cedendo outra área para instalação do parque. Isso repercutiu de forma negativa em Ouro Branco, mas quero tranquilizá-la, pois tivemos uma audiência no próprio IEF, quando nos asseguraram que se trata apenas de um pedido e que não existe nenhum entendimento nem apoio a essa proposta. Até porque seria inaceitável o chacreamento no alto da serra, marco zero da Serra do Espinhaço, com grande biodiversidade e com vegetação endêmica, apresentando alguns tipos que só existem ali. Disseram-nos ainda que poderia haver alguma coisa no Incra, mas procuramos esse órgão e fomos informados de que não ali há qualquer cessão ou licença para instalação de chacreamento. Ou seja, não há autorização nem no IEF nem no Incra. Daí, a importância de a comunidade permanecer unida para garantir-nos mais um parque estadual em uma área rica e bela, como a Serra de Ouro Branco. Cabe lutar também para que tenhamos toda a parte de infra-estrutura.

Outro tópico que quero abordar é a situação da BR-040, que visitamos anteontem e que foi assunto de audiência pública realizada ontem. Podemos fazer um balanço positivo dessa audiência, da qual saímos convictos da urgência de algumas interferências nessa rodovia, como a obra na curva do Ribeirão do Eixo, o recapeamento e a duplicação na zona urbana de Congonhas e de Lafaiete, além da sinalização indispensável para garantir a segurança de todos os que trafegam nessa importante rodovia do nosso país, a qual corta o nosso Estado e nos liga à grande Capital do Rio de Janeiro. Resta-nos, portanto, fazer esse empenho na Gasmig e na Cemig, para favorecer a Feam a subsidiar o Copam, para que a licença seja apreciada pelo Copam no próximo mês. É preciso garantir que tenham todos os dados necessários para que isso seja colocado na pauta da próxima reunião do Copam e, assim, possibilitar o início das obras da Rodovia do Minério, medida indispensável e de urgência. Sabemos que não é a Rodovia do Minério que vai tirar em torno de 80% das carretas dali e que a medida definitiva para essa situação é a duplicação da BR, o que tem de contar com o empenho de todos nós, também dos Deputados, sobretudo dos Deputados Federais.

Outro tópico importante que abordamos para encerrar a nossa fala diz respeito aos servidores do Estado da educação e da saúde. O projeto de lei, principalmente para a saúde, vai na contramão da proposta do governo federal, pois, enquanto este tenta reduzir a jornada de trabalho para 30 horas, o Estado de Minas Gerais quer ampliá-la para 40 horas. Ou seja, vamos na contramão e sentimo-nos envergonhados ao encontrar, tanto na saúde quanto na educação, pessoas que ainda têm o piso salarial abaixo do salário mínimo. Podem argumentar que há outras conquistas, mas elas só existem enquanto a pessoa está na vida ativa; sabemos que ela perde a grande parte depois que se aposenta, ou seja, no momento em que mais precisa. É por isso que também temos de ser responsáveis na valorização dessas pessoas que dedicam e doam a vida para garantir, de um lado, vida e saúde, e, de outro, educação ao nosso povo. Eram essas as nossas considerações.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, caros telespectadores da TV Assembléia, assistentes das nossas galerias e senhores da imprensa, gostaria de tratar aqui, nesta tarde de quinta-feira, de um assunto que acho da maior importância e que tem ocupado, de maneira constante, a mídia mineira e também a mídia nacional. Estou fazendo referência às precárias condições hoje existentes na BR-040, mais notadamente no trecho compreendido entre o trevo de Ouro Preto até a cidade de Lafaiete.

Tivemos oportunidade, na segunda-feira próxima passada, junto à Comissão de Transporte, de fazer uma extensão nesse trecho. Nessa oportunidade, mais uma vez constatamos tais fatos, que sempre têm sido divulgados.

A partir dessa nossa visita, foi realizada aqui, a requerimento do ilustre Deputado Padre João, uma audiência pública, na terça-feira, logo após essa visita, ocasião em que debatemos esse assunto, e foi uma audiência muito importante e rica, com o apoio de lideranças comunitárias, Vereadores, Prefeitos e vários Deputados. Foram mais de 150 pessoas participando ativamente dessa audiência, e todas elas se mostraram, de maneira bastante contundente, revoltadas com as condições ali verificadas. Na audiência também fomos informados das estatísticas de acidentes ocorridos nesse trecho, de uma gravidade enorme e com uma constância cada vez maior. Isso tem ocorrido, evidentemente, em virtude das condições precárias da rodovia, que colocam todas as pessoas que ali transitam em risco constante, em virtude do enorme número de buracos ali existentes e de outros sérios problemas na rodovia, como as depressões e os desbarrancamentos, enfim, são situações que colocam em constante risco quem passa por ali. Isso foi tranquilamente constatado tanto na visita quanto na audiência pública.

Na referida audiência, além das várias autoridades que se apresentaram, tivemos uma notícia muito importante, que foi a informação do Sindixtra, divulgada por seu Presidente, o Dr. Fernando Coura, que nos informou que uma obra importante está para ser realizada na região da Ferteco, onde constatamos uma movimentação intensa de veículos pesados, com transporte de minério, e que essa rodovia já está licitada e em condições de ser implementada até o final deste ano, antes do período chuvoso. No entanto, para que essa obra seja feita, falta ainda o licenciamento ambiental, mas, para isso, segundo constatamos, falta tão-somente uma análise da Cemig e da Gasmig, isto é, a anuência dessas duas empresas, para que o Copam aprecie essa licença. Uma vez aprovada a referida licença, as obras serão imediatamente iniciadas e, concluídas, estarão contribuindo para eliminar naquele trecho cerca de 80% a 90% dos veículos pesados que por ali passam diariamente, centenas e centenas de veículos.

Foi constatado também um problema sério em relação à fiscalização na BR-040 e às balanças que ali estavam instaladas, todas elas sem funcionamento. Da mesma forma estavam as lombadas eletrônicas, ou seja, igualmente sem funcionar.

Um outro fato averiguado, e triste, é que não existe nenhuma previsão, referentemente à BR-040, para uma melhoria mais profunda ou para a sua duplicação. Fomos informados pelo representante do DNIT, que compareceu a nossa audiência, o Dr. Edson Aires, que a única previsão existente hoje seria a dos recursos necessários para a operação tapa-buracos, ou seja, para a manutenção daquele trecho por um período de dois anos. O contrato para isso está extinto, de maneira irresponsável, desde o final do ano passado.

Esperamos, então, que essas obras sejam rapidamente licitadas para que tenhamos condições de, pelo menos, Deputado João Leite, minimizar o desconforto das condições atuais.

Também tivemos uma notícia boa.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Gostaria de ouvir todo o seu pronunciamento, mas terei de comparecer à Comissão de Participação Popular, por isso pedi o aparte porque não poderia deixar de me manifestar e reconhecer todo o grande esforço que V. Exa. está fazendo em defesa dos mineiros, das mineiras e dos brasileiros que usam a BR-040.

Sei que V. Exa. vai tratar da frente parlamentar e das manifestações das associações que surgiram a partir do descaso com a BR-040, mas minha manifestação é de apreço e reconhecimento de seu esforço e inteligência a serviço das pessoas e de sua experiência como engenheiro e militante no serviço público há tanto tempo, os quais agora empresta à população de Minas Gerais. Claro que V. Exa. também tratará, assim como eu o farei depois, do nosso encontro com o Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais. Esperamos soluções de segurança para nossa população. Parabéns.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço a participação do Deputado João Leite, que tem sido um grande companheiro e batalhador por essa causa. Ontem, fizemos essa importante visita ao Procurador-Chefe, Dr. Tarcísio, e tivemos também o prazer de assinar uma ação civil pública para recuperar, por meio de ação emergencial, os trechos mais perigosos dessa rodovia.

Sei que meu tempo é pouco, mas quero dar uma notícia muito boa. Nessa audiência pública, em virtude da inexistência de um contrato de manutenção, consultamos a respeito da possibilidade de a iniciativa privada participar desse mutirão para uma ação emergencial na rodovia. Prontamente, o Sindixtra se dispôs a participar de uma ação tapa-buracos emergencial, em parceria com o DNIT. A partir de hoje, esses dois órgãos estão estudando uma maneira concreta para atuar rapidamente, porque a situação é muito grave e pode provocar um número maior de acidentes a cada dia.

Gostaria de dizer também que ontem iniciamos a coleta de assinaturas para instalação de uma frente parlamentar pela duplicação da BR-040. Em pouco tempo, 20 Deputados já assinaram esse documento, por entenderem que se trata de uma frente importante. Nosso processo de caminhada nessa luta é intenso. Tivemos informação do DNIT de que não existe nenhuma ação, estudo, projeto nem anteprojeto para a duplicação desse trecho, que compreende o trevo da entrada de Ouro Preto até a cidade de Barbacena.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Parabeno V. Exa. pela iniciativa da criação dessa frente parlamentar e, também preocupado com a nossa BR-040, gostaria que V. Exa., nas agendas para buscar a solução mais imediata, não se esqueça de incluir o nosso trecho do Trevão até Felixlândia, que acabou. Nossa rodovia federal que leva a Brasília está uma vergonha. Fiz uma reunião com a diretoria do DNIT há cerca de 45 dias, atendendo à solicitação de pessoas que trafegam naquele trecho da BR-040 depois do Trevão até Felixlândia. O Diretor do DNIT disse que a licitação estava pronta ou em fase de finalização, mas, em virtude de alguns percalços, estava diligenciando para que o Exército, em caráter emergencial, realizasse ali a operação tapa-buracos, que deveria ocorrer em mais ou menos 15 dias.

Fiz essa reunião há aproximadamente 40 ou 45 dias, Deputado Fábio Avelar, mas até hoje a única coisa que vi, nas várias vezes que passei por aquele trecho, sendo a última na semana passada, foram pessoas fazendo aquela operação tapa-buracos, jogando terra nos buracos, para ver se com isso conseguem algum trocado. É claro que elas não vão resolver a situação, dado o estado lastimável daquele pedaço da estrada.

Para não tomar todo o tempo de V. Exa., concluo lembrando que o tráfego na BR-040 passa também pelo Anel Rodoviário, que, na região do Bairro Betânia, também virou um verdadeiro açougue, na expressão exata da palavra: não se passa uma semana sem que aconteça ali um acidente gravíssimo como o que aconteceu ontem com um fusca, que ficou totalmente destruído, do qual as pessoas se salvaram por um verdadeiro milagre. Que possamos, então, estender essa discussão. No que depender de seu companheiro nesta Casa, Deputado Vanderlei Miranda, pode contar conosco, pois juntos estaremos empenhados nesse projeto, nesse processo, esperando conseguir um resultado imediato.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço a participação do Deputado Vanderlei Miranda, cujas palavras foram totalmente pertinentes. Sabemos da importância da BR-040, que se inicia na divisa entre Minas e Goiás, nas proximidades de Paracatu, e que, até chegar na divisa com o Rio de Janeiro, percorre cerca de 830km.

Lembro que já foram dados alguns passos importantes. Por exemplo, na BR-040, o trecho que vai de Belo Horizonte a Sete Lagoas já está com pista dupla; também já está garantida, licitada e já em obras a duplicação até Curvelo, na região do Trevão. Evidentemente, esta também é uma oportunidade para discutirmos essa questão. Outra notícia que recebemos ontem do representante DNIT é que também já está sendo posto em licitação um importante trecho de ligação da BR-040: o novo Anel Viário de Contorno Norte, uma antiga reivindicação de todos nós, que até constou no relatório da Comissão dos Aeroportos. Trata-se de um anel que vai sair nas proximidades de Ravena, no Município de Sabará, vai passar por Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves e Pedro Leopoldo e vai chegar até a cidade de Betim, nas proximidades da antiga Krupp. É uma obra de 64km que vai aliviar esse já insuportável Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Ou seja, é uma grande obra que já está licitada.

De qualquer forma, a Frente Parlamentar para a Duplicação da BR-040 é necessária, porque essa obra vai demandar, Deputados Vanderlei Miranda e Cecília Ferramenta, uma constante mobilização de todos nós, parlamentares, de toda a sociedade, de Prefeitos e Vereadores, e um envolvimento maior da bancada de Minas Gerais na Câmara Federal, porque sabemos que a maturação de um projeto dessa envergadura é muito longa. Há algumas fases a serem cumpridas. A primeira e certamente mais importante é a decisão política que deve ser tomada pela duplicação dessa importante rodovia. Mas, após essa decisão política, ainda teremos pela frente um longo percurso, e o primeiro passo é o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental. Esse estudo poderia ser feito ainda neste ano, se o DNIT puder fazer o remanejamento de alguma verba, já que o custo é pequeno para a conclusão desse estudo. Se isso for feito neste ano, poderíamos prever para o próximo ano, Deputado Getúlio Neiva, o recurso necessário, que é da ordem de R\$4.000.000,00 a R\$5.000.000,00 para a elaboração do projeto executivo; aprovado e elaborado esse projeto, teremos a possibilidade de dar início a essa obra em 2010. Vejam V. Exas., portanto, que é um empreendimento de longo prazo, de modo que a partir de agora temos de estar totalmente imbuídos nesse projeto; se necessário for, tocaremos nesse assunto em todas as sessões plenárias que aqui se realizarem. Vamos levantar essa questão sempre que possível, porque na verdade para a total duplicação desse importante trecho que vai de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro faltam apenas 170km. Entendemos que é um trecho muito pequeno em virtude da importância que tem a BR-040, tanto no transporte de passageiro como nos aspectos social e econômico.

Então gostaria, desde já, de contar com todos os Srs. Deputados.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - V. Exa. falou da duplicação de Sete Lagoas até o Trevão, mas quero deixar aqui uma preocupação para que V. Exa. possa incluí-la também na discussão. O ritmo das obras diminuiu muito. Não há quase ninguém trabalhando, há poucas máquinas na duplicação daquele trecho, e não estamos em tempo de chuva, que já passou. Isso nos preocupa, porque as pessoas que moram na região de Três Marias dizem o mesmo. A obra está praticamente parada. Precisamos ficar atentos para que não fiquem lá duas ou três maquininhas, movimentando para lá e para cá, e a obra se estenda. Acredito que veio em boa hora a proposta de V. Exa., inteligente, que merece o nosso aplauso. Mais do que isso, merece a nossa solidariedade, para nos irmarmos na busca de melhorar essa condição de tráfego.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço, Sr. Presidente. Gostaria apenas de informar a todos que essa frente vem numa hora em que a sociedade, de maneira geral, já não agüenta. Ontem, ao lançarmos a frente na Assembléia, recebemos um telefonema de alguns sindicatos da região de Lafaiete, convidando a Assembléia para participar e nos informando, Deputado João Leite, que, na quarta-feira, há encontro marcado para sair uma caravana de Belo Horizonte, às 10 horas, em frente ao "shopping", que culminará com a paralisação e o fechamento da BR-040, nas proximidades da cidade de Congonhas. Estou transmitindo esse convite para que todos nós, Deputados, tenhamos condições de estar lá. Estão sendo mobilizados todos os Prefeitos, Vereadores e lideranças da região. Enfim, será um grande movimento, uma grande mobilização no sentido de sensibilizar as autoridades para o grave problema que enfrentamos hoje com a BR-040. Muito obrigado, Presidente, pela sua paciência.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Arantes\* - Cumprimento o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Mesa, os demais colegas presentes, senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembléia. Faço coro com as palavras do Deputado Fábio Avelar para que possamos evitar um grande "apagão" no setor de transporte no Brasil, principalmente em Minas Gerais. No meu entendimento, só há uma saída, e fácil. O Governador Aécio Neves já propôs, por meio do Dr. José Elcio Monteze, nosso competente Diretor: "Passem as estradas do governo federal para o Estado, para que este cuide dessas rodovias, e transfiram os recursos da Cide". A burocracia federal é extrema, difícil de ser vencida, e as distâncias dificultam muito. A burocracia estadual é menor, sua agilidade é maior, e a competência dos técnicos mineiros tem sido exemplar. Só assim podemos sonhar com grandes recuperações, para deixar as rodovias federais em Minas Gerais com a qualidade que o nosso povo tanto merece.

Vá até Machado e Poços de Caldas, região nobre brasileira e mineira, e veja crateras, buracos profundos, carros em ziguezague, caminhões que chegam até a passar nas margens da rodovia, porque o Prefeito fez alguns pequenos desvios. É uma vergonha, ficamos impressionados. Também passe pelas estradas da região Sul mineira, na minha região Sudoeste, Paraíso, Jacuí, Cássia, e por ali afora. É obra para todo lado, mas estadual, do ProMG, programa que investe mais de R\$100.000.000,00, e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva é testemunha disso, porque esse programa foi lançado também, há pouco tempo, na sua região. Isso mostra o dinamismo do governo estadual, o zelo, a preocupação, o investimento e a criatividade na forma de fazer os contratos que obrigam a empresa não só a tapar buraco, mas a tapar com qualidade e depois fazer a recuperação do piso, a roçada da estrada, contratar bastante gente, gerar emprego e manter por quatro anos, senão a empresa é multada.

Cumprimento o nosso governo, que se preocupa com o cidadão mineiro e tem dado exemplo para o Brasil de como se zela e se cuida de nossas rodovias; todavia, a situação é preocupante porque temos muitas rodovias federais em Minas Gerais. Por todo lado há só problema. Ontem ocorreu um acidente gravíssimo perto de Curvelo. Um caminhão dos Correios ficou tombado durante duas horas e meia. Ninguém passava para lá nem para cá.

Vamos falar das estradas mineiras. O Governador Aécio criou a primeira parceria público-privada - PPP. A minha região, de São Sebastião do Paraíso até Juatuba, na MG-050, é a primeira experiência; aliás, tem dado certo, pois se recuperou, não há mais buracos, gerou-se bastante emprego e a empresa, que é um consórcio paulista, é boa e está realizando um belo trabalho. Logicamente, haverá pedágio, que começa a ser cobrado agora no dia 1º.

Tenho muitos elogios quanto a esse projeto e programa. Com todas as ações, tem-se desenvolvido na questão da PPP; todavia, em razão do avanço dos crescimentos mineiro e brasileiro, o tráfego aumentou muito no último ano. Isso me preocupa. Nos últimos 12 meses, muitos caminhões, principalmente de carvão, com cargas elevadas e peso acima da média, têm vindo de Mato Grosso, Goiás e até do Paraguai e do Uruguai. Essa estrada, que deveria estar 100% concluída para iniciar a cobrança de pedágio, já possui alguns problemas, não de buracos, mas de irregularidade no piso. Levei esse assunto ao Secretário Fuad Noman e ao Dr. José Elcio Monteze, que foi pessoalmente ao local para ver a situação. É preciso que, o mais rápido possível, haja mais investimentos para depois se cobrar o pedágio. Do contrário, pode haver uma gritaria geral e não ser bom. Não é isso o que o Governador Aécio Neves quer, mas sim um programa que tenha o máximo de atendimento e de qualidade para justificar o pedágio. Mesmo sendo bem mais barato do que São Paulo, onerará os cofres e o bolso do cidadão.

Espero que o nosso Secretário Fuad Noman busque alternativas para fazer mais investimentos o mais rápido possível e, de repente, avalie essa cobrança do pedágio para daqui a mais um tempo.

Na verdade, o projeto e o programa são bons, e a nossa região passou a ganhar muito com isso. Há muita coisa boa acontecendo. Quero agradecer ao Governador Aécio Neves, ao Vice-Governador Antônio Anastasia, ao Sr. José Elcio Monteze e ao Secretário Fuad a autorização de um pedido nosso para o asfaltamento da cidade de Pimenta até Guapé. Na realidade, é para ligar o Oeste mineiro ao Sul e ao Sudeste, passando pelo meio do lago. É uma estrada turística e de integração econômica e social da região, que possui pouco mais de 40km e obterá um resultado muito bom para o desenvolvimento da região.

Há seis meses promovemos na Assembléia uma audiência pública para discutirmos potencialidades e problemas do Lago de Furnas e saímos com duas prioridades definidas. Uma era o tratamento de todos os esgotos que caem no Lago de Furnas, para que tenhamos uma água de qualidade; e a outra, a ligação dessa rodovia. O Governador Aécio Neves já autorizou a execução do projeto - aliás, quando o Governador autoriza projeto, cria-se uma expectativa muito grande de que a obra sairá. Essa tem sido a tônica do seu mandato: tudo que é autorizado em projeto realiza-se em obras. Se Deus quiser, isso será uma realidade, como no caso de Bom Jesus da Penha e Nova Resende, também se ligará a região de Passos, São Sebastião do Paraíso à região de Poços de Caldas, passando, como citamos, pelo meio - região do Jacuí, de Bom Jesus da Penha, de Nova Resende e Muzambinho. É uma estrada de 19km, e o Governador também autorizou a execução do projeto. Espero ver logo, logo, obras serem realizadas. Se Deus quiser, o nosso Governador as autorizará no futuro, como autorizou em São Pedro da União a Juruáia até Muzambinho, na estrada que liga Nova Resende, por meio de um pedido que fizemos para a extensão daqueles 7km.

Falarei também da minha satisfação, ao discutir a questão da logística de transporte em Minas Gerais em audiência pública realizada pela Comissão de Agropecuária, a requerimento meu. Fiz questão de convidar o Dr. Célio Floriani, quem mais entende do assunto em Minas. Discutiu-se a importância da construção de ferrovias para transportar principalmente grãos que vêm do Noroeste de Minas. Ontem vimos o Governador autorizar, numa parceria com a Vale, a construção do primeiro trecho, que liga Corinto a Pirapora, e a recuperação vindo em direção a Belo Horizonte e depois a Vitória. Esse será um grande exemplo, uma iniciativa fantástica para Minas. Espero que ações como essas não só virem realidade - não tenho dúvida de que virarão -, mas também se estendam a novos programas e novos projetos, pois só por meio de grandes ferrovias podemos desafogar grande parte do transporte, principalmente de grãos, de Minas Gerais.

Vimos também nesta semana o Governador tratar do metrô em Belo Horizonte. Sou do interior, freqüente esta cidade há 20 anos e nunca vi um caos no trânsito como atualmente. Estava anteontem no DER e gastei uma hora e meia de lá até aqui na Assembléia, dando uma pequena volta no mercadão e daí ao Palácio para deixar duas pessoas. É impossível trafegar nesta cidade depois das 18 horas. Então, não há outro caminho a não ser esse. O metrô será a grande saída, como as PPPs das estradas, se Deus quiser também acontecerá a do transporte urbano, fundamental para Belo Horizonte e Minas Gerais.

Também nesta semana e na semana passada tenho acompanhado bastante e visto muitas notícias como a estampada na pág. 3 da "Folha de São Paulo". Temos visto muita discussão em relação à falta de alimento no mundo. Está faltando, sim. Está havendo uma preocupação muito grande em relação à segurança alimentar. Há autoridades - se não me engano, da ONU - que dizem que a culpa talvez seja do Brasil, que está produzindo muito biocombustível, muito etanol, em detrimento do alimento, do arroz, do feijão, da soja e do milho, com o que não concordamos. Pensamos que isso não tem o menor sentido. Primeiro, porque a safra brasileira cresceu, não diminuiu, mesmo aumentando muito o plantio de cana e de outras culturas que também geram o biodiesel; segundo, quem paga por tudo isso é o produtor, não é dinheiro que vem de outros países, não. É dinheiro brasileiro, principalmente desse produtor sofrido. Então, não concordamos com isso.

Mas uma coisa é real. Criou-se uma discussão em torno da segurança alimentar, que se tornou uma grande preocupação, sim. Essa falta de alimento hoje, em nosso entendimento e também no de muitas outras pessoas muito mais afeitas ao assunto do que eu, tem explicação relacionada com países da África, a China e a Índia, em que o poder econômico está crescendo. A partir do momento em que se melhora a condição de vida, busca-se alimento, e aí ele passa a faltar.

O que me preocupa neste momento - penso que o Brasil precisa preocupar-se com isso - é tirar um bom proveito disso, incentivar o produtor, e não massacrá-lo, como sempre se fez, negociando as suas dívidas; acredito que hoje saia realmente essa negociação que dará uma condição melhor ao produtor, criando mecanismos de proteção que adubos, inseticidas, herbicidas e toda a composição do custo de produção suba como subiu, mais de 150%, apenas em um ano, como é o caso dos nitrogenados, principalmente do fosfato, do cloreto de potássio, elementos fundamentais para a produção agrícola e a pecuária. Então, o Brasil precisa ter mecanismos de proteção.

O que me preocupa nessa matéria, e é real, são os franceses comprarem grande parte das terras da nossa região. Como exemplo disso, temos as regiões próximas, do Norte de São Paulo e de São Sebastião do Paraíso e Jacuí. Lá chegaram americanos fortes que compraram e arrendaram as terras. Agora, quem está chegando? Está aqui: "Chineses querendo comprar as nossas terras". E vão comprar, se não tivermos mecanismos, leis que protejam o capital e o patrimônio brasileiros. Se os produtores não tiverem condições financeiras de resistir às ofertas, que são feitas com dinheiro à vista, estrangeiros comprarão as terras. O produtor pressionado, sugado, asfiziado pelos bancos, entrega as suas terras. E grande parte dos produtores trabalhará - como já estamos - para os japoneses, principalmente para os franceses, alemães, americanos e, agora, os chineses.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Caro colega Deputado Antônio Carlos Arantes, é uma alegria poder falar com V. Exa. e corroborar tudo que diz. Recebi no meu gabinete um "e-mail" impressionante. Estou tentando confirmar a sua origem. Ele fala alguma coisa sobre o domínio dos japoneses e dos norte-americanos na reserva Raposa na Serra do Sol. Lá não há jeito de entrar brasileiros, só estrangeiros. As ONGs dominam tudo. E nos perguntamos: "o que está por trás disso?".

Conversava sobre isso com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Dizem que o socialismo representado no governo federal é diferente daquele nacionalismo xenófobo, daqueles terríveis que falam que têm de proteger as estatais. Na verdade, temos de proteger aquilo que é mais importante para o Brasil: a terra dos brasileiros.

Não podemos permitir, como V. Exa. está revelando, a invasão estrangeira na aquisição do bem mais essencial que é o terreno onde pisamos, a terra de onde tiramos o nosso alimento. Isso me preocupa muito, caro Deputado. Como companheiro da Comissão de Política Agropecuária, V. Exa. sabe da nossa preocupação em fazer o equilíbrio do meio ambiente com a exploração, mas, do jeito que as coisas estão caminhando, teremos de dar uma guinada, uma modificação nesse comportamento nacional.

Parabéns pela sua lembrança. Temos de preocupar-nos em dar apoio aos produtores rurais, especialmente as famílias agrícolas, e advertir o governo para não deixar ampliar e acontecer o que já está acontecendo: o domínio estrangeiro sobre o solo e o território brasileiro.

O Deputado Antônio Carlos Arantes (continuando) - Obrigado, Deputado Getúlio Neiva. Concedo aparte ao Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Ilustre Deputado Antônio Carlos Arantes, tendo em vista que o seu tempo já expirou, quero, rapidamente, cumprimentá-lo pelos importantes temas que traz aqui. O Deputado Antônio Carlos Arantes é nosso colega do PSC e tem emprestado ao nosso partido, à nossa bancada importante colaboração nessa área que conhece tão bem, a agropecuária. Ele sempre traz temas importantes para o debate, como o seriíssimo problema do trânsito de Belo Horizonte.

Aproveito a oportunidade - esqueci-me de falar da tribuna - para, em meu nome e no do Deputado Antônio Carlos Arantes - tenho certeza de que ele falará no final do seu pronunciamento -, informar a todos que o nosso PSC completa hoje 23 anos. Trata-se de um partido novo, mas com um futuro promissor pela frente. Aqui, na Assembléia, procuraremos crescer sempre. Hoje o partido conta com três Deputados, mas, na próxima legislatura, talvez possamos formar uma bancada.

Então, Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero, por meio dessa minha pequena fala, cumprimentar todos os companheiros do PSC, os membros da executiva, do diretório, e o nosso Presidente, Vítor Nólseis, enfim, falar da nossa satisfação de fazer parte do PSC, que tem crescido a cada dia. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes\* - Para encerrar, Sr. Presidente, complementando a fala do Deputado Fábio Avelar, gostaria de cumprimentar todos os correligionários do Partido Social Cristão - PSC -, que tem este belo símbolo, o peixinho, que multiplica o alimento para o cidadão. A verdade é que hoje estamos comemorando 23 anos, e foi esse partido que me deu a oportunidade de chegar aqui, neste Parlamento, para fazer a defesa de nosso Estado, das regiões Sul e Sudoeste, principalmente do setor que cuida do desenvolvimento de Minas Gerais. A minha ação sempre foi voltada para o desenvolvimento. Onde há desenvolvimento, há emprego; e, onde há emprego, a família vive melhor. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero me ombrear, como a Bancada do PMDB nesta Casa, com o PSC, que hoje completa 23 anos de existência, nas pessoas dos Deputados Fábio Avelar e Antônio Carlos Arantes, dois dos mais importantes e influentes Deputados desta Casa, que honram a Assembléia Legislativa com as suas presenças. O PSC é um dos orgulhos no emblema dos partidos brasileiros, pelo trabalho cristão para aqueles mais necessitados, dentro de uma teoria social cristã das igrejas. O PSC está de parabéns. Quero estender esta homenagem dos 23 anos ao Diretório Municipal do PSC de Montes Claros, que tem como Presidente o empresário do setor de educação Kiko Canela.

Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham por meio da TV Assembléia, aqueles que estão nas galerias desta Casa, quero destacar a presença dos futuros Vereadores Beto Fulgêncio e Jecelito Freitas, da cidade de Pirapora. Junto a Adilson Gonçalves Silva, eles acabam de conseguir na Justiça, no Tribunal Regional Eleitoral, uma sentença favorável para assumirem como Vereadores, em substituição a outros edis daquela cidade que mudaram de partido, nos moldes da Resolução nº 22.610, de 2007, do TSE. O TRE acaba de definir que três Vereadores de Pirapora perdem seus mandatos porque mudaram de partido quando não podiam fazê-lo. Em substituição a eles, esses três nomes mencionados assumirão, entre os quais Beto Fulgêncio e o colega radialista Freitas, que nos alegram com suas presenças aqui. Recebam a nossa homenagem por esta mudança política. Essa é uma alteração muito importante no quadro político da cidade de Pirapora.

Na terça-feira passada, anteontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comissão de Direitos Humanos debateu, numa Mesa altamente representativa, a questão das perícias do INSS. A Comissão de Direitos Humanos ouviu o Diretor Regional do INSS em Minas, a Associação Nacional dos Peritos Médicos, o Juiz Federal Pedro Pereira Pimenta e muitos segurados do INSS, que motivaram esse debate. Trouxemos a esta Casa um debate de 3h40min de duração, no mais alto nível, oportunidade em que discutimos os problemas dos segurados do INSS que querem ter o direito de se aposentar. São eles portadores de enfermidades muitas vezes terminais, geralmente incapacitados, e o INSS se nega, por meio de seus peritos, a conceder-lhes a merecida aposentadoria. E isso tem provocado muitos transtornos. No interior de Minas Gerais, em duas cidades, provocou até morte. Peritos foram assassinados em razão de inconformismos de pessoas rejeitadas na perícia, embora, à luz de toda e qualquer evidência, não tenham condições de trabalho.

O que se depreende desse debate, e é bom esclarecermos isso com calma aos que nos ouvem em suas residências através da TV Assembléia, é que o portador de doença não tem esse como único motivo para ser aposentado por invalidez, é preciso que a doença seja incapacitante, ou seja, que o impeça de trabalhar. Desde que isso esteja comprovado, o INSS tem que proceder à aposentadoria, e aqueles que não conseguirem de forma administrativa no INSS podem bater às portas da Justiça Federal, que ela dará ganho de causa a esses que pleiteiam sua aposentadoria.

Por falta de compreensão desse conceito, dessa noção do que é aquilo que incapacita, de quando a pessoa tem direito à aposentadoria, tem havido muitos problemas entre os segurados e o INSS. Por essa razão, atendendo a requerimento de nossa autoria, a Comissão de Direitos Humanos irá interiorizar o debate sobre esse assunto. Levaremos o debate a algumas cidades-pólo e nessas cidades debateremos os problemas, as dificuldades e as condições de se conseguir a aposentadoria também com o INSS, com os Peritos, com a sociedade civil e principalmente com os maiores interessados, que são os segurados. Por isso o debate acontecido anteontem na Comissão de Direitos Humanos foi um debate da maior importância, engrandeceu esta Casa da maneira como pudemos ver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na data de ontem apresentei um projeto de lei nesta Casa, o qual recebeu o nº 2.382/2008. Esse projeto dispõe sobre a regulamentação da eliminação da vida de cães e gatos em Minas Gerais. Acho até incrível que um Estado tão desenvolvido como o nosso, num assunto que tem sido debatido diariamente pela Sociedade Protetoras dos Animais, por todas as entidades de veterinários do nosso Estado, não tenha uma legislação que venha a definir ou proibir a eliminação pura e simples de cães e gatos como infelizmente ainda existe.

Protocolamos nesta Casa o projeto de lei nos moldes de um projeto de lei que acaba de ser transformado em lei no Estado de São Paulo. Lá já é lei a proibição da eliminação de cães e gatos. No art. 2º podemos ler o seguinte: "Fica vedada a eliminação da vida de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, exceção feita à eutanásia permitida nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde de pessoas e de outros animais". O projeto de lei estabelece uma série de condições para isso acontecer.

Ao ingressar com esse projeto de lei nesta Casa, estou recebendo o apoio de todas as entidades de controle de zoonoses no Estado, das entidades dos veterinários, daqueles que defendem os direitos humanos, porque a saúde dos animais está diretamente ligada aos direitos humanos, dos órgãos que defendem e que realmente protegem os animais, da Sociedade Protetora dos Animais, enfim, daqueles que se preocupam com esse setor no Estado, e, graças a Deus, não é pouca gente. Muitos vêem os animais, cães e gatos principalmente, como seres importantes em nossa vida, mais do que outras pessoas. Espero que esse projeto se transforme em lei, assim como já é lei no Estado de São Paulo, e que tenhamos em Minas uma legislação amadurecida, concreta para proteger a vida de cães e gatos, a não ser, como já disse, em casos de eutanásia na ocorrência de doenças incuráveis em que haja risco de vida ou incolumidade física a pessoas ou outros animais.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Luiz Tadeu Leite, agradeço-lhe, inicialmente, a oportunidade e o cumprimento por essa iniciativa. Ilustre Deputado, esse assunto já foi motivo de discussões por várias oportunidades na nossa Comissão de Meio Ambiente, da qual sou Vice-Presidente. Pudemos, de uma maneira bastante firme, constatar, levado pela Sociedade Protetora dos Animais, tudo que V. Exa. está confirmando aqui. Com a iniciativa de V. Exa. de apresentar a esta Casa esse projeto, acho que ele vem, de uma maneira definitiva, dar uma solução para esse angustiante problema. Esteja certo de que daremos todo o apoio à sua iniciativa. Não temos dúvida nenhuma de que, pela importância, seu projeto facilmente será transformado em norma jurídica. Assim o cumprimento pela iniciativa e pela importância do seu projeto. Parabéns, Deputado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Agradeço ao Deputado Fábio Avelar e peço-lhe que acompanhe esse projeto na Comissão de Meio Ambiente, onde certamente tramitará, para darmos a Minas Gerais uma legislação amadurecida, relacionada à proteção e à vida de cães e gatos no Estado de Minas Gerais.

Aproveito a presença do Deputado Fábio Avelar e de outros colegas desta Casa para referir-me a outro assunto. Há poucos instantes, Deputado Fábio Avelar, V. Exa. se referia à criação da frente parlamentar em favor da BR-040. Trata-se de uma iniciativa louvável, digna dos melhores aplausos. Quero comentar sobre o prosseguimento para nós, de Montes Claros, da BR-040, onde se inicia o trecho da BR-135, que leva a Curvelo, Bocaiúva, Pirapora e Montes Claros. Esse trecho de rodovia, de aproximadamente 300km, tem um projeto de reconstrução no Ministério dos Transportes, envolvendo também o alargamento. Ela está novamente em estado precário, provocando acidentes justamente por falta dessa obra de reconstrução e de alargamento, bem como por falta da construção de terceiras faixas, e assim por diante. Precisamos voltar a nos empenhar, a pressionar o Ministério dos Transportes para que haja a licitação dessa obra, no valor de R\$450.000.000,00. Nós a aguardamos, com ansiedade, desde o ano passado. A bancada do Norte esteve três vezes com o Ministro Alfredo Nascimento para tratar desse assunto. Esperamos que o Ministério a coloque em licitação, defina as construtoras que terão incumbência de construí-la e a execute, pois é uma obra da maior importância para as cidades ao longo da BR-135, entre a BR-040 e Montes Claros. Também faz parte desse pacote a alça final do anel rodoviário de Montes Claros, que ainda falta ser construído e é importantíssimo para desviar o tráfego pesado de caminhões que transitam praticamente na região central da cidade, por falta dessa alça final entre as rodovias 251, saída para a Rio-Bahia, e a rodovia 135, continuação até Januária. Isso impede que os veículos que chegam a Montes Claros, vindos de Belo Horizonte, de Curvelo, entrem na cidade e continuem a sua viagem. A falta dessa alça final está complicando o trânsito no Município. Como ela está no pacote de construção da BR-135, amplia-se a importância da reconstrução e ampliação dessa rodovia.

Aqui, nesta Casa, precisamos fazer ecoar esse assunto em Brasília para que lá chegue esse pleito e essa reivindicação tão importantes não só para Montes Claros como também para dezenas de cidades ao longo da BR-135, entre a BR-040 e Montes Claros. Por essa razão já nos associamos e assinamos como integrantes da frente parlamentar em defesa da BR-040. Estamos também nos inscrevendo como militantes na luta pelo alargamento e pela reconstrução da BR-135, entre a BR-040 e Montes Claros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no último dia 24 de abril Montes Claros sofreu um impacto, um abalo no setor social, quando milhares de estudantes, de nível médio e superior, estavam reivindicando a implantação do meio passe escolar, por sinal uma promessa, ainda não cumprida, do atual Prefeito de Montes Claros. Faziam uma passeata pelas ruas da cidade e adentraram o saguão da Prefeitura, na Casa do povo, no prédio que construí. Todavia, de lá foram enxotados, a pedido da Prefeitura, pela polícia, que usou de excesso de força física, de balas de borracha, de cães amestrados. Essa situação deixou vários jovens estudantes com problemas.

A partir desse acontecimento, 24 de abril transformou-se numa data de luta em defesa do meio passe escolar para os estudantes de Montes Claros. Sr. Presidente, peço 1 minuto para concluir minha fala. O dia 24 de abril foi instituído como o Movimento das Mães do 24 de Abril, num momento de reflexão e de luta, para que os estudantes de Montes Claros tenham oportunidade de exprimir e expressar suas reivindicações.

A Comissão de Direitos Humanos desta Casa estará em Montes Claros no mês de junho para debater com os estudantes exatamente o que foi alvo e motivo de suas reivindicações: o meio passe escolar. Esperamos que desse debate nasça a concretização de um sonho, de um ideal da classe estudantil, dos jovens de Montes Claros, para que tenhamos o meio passe escolar implantado em nossa cidade. Lamentavelmente, no último 24 de abril, faltou sensibilidade e juízo ao Sr. Prefeito, a ponto de ele cometer o abuso de chamar a Polícia Militar para expulsar os estudantes, motivo pelo qual se instituiu essa data, numa luta em favor dos estudantes de Montes Claros e do Norte de Minas. Obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, os servidores desta Casa, os amigos que nos acompanham nesta Assembléia, a Casa do povo, os telespectadores da TV Assembléia, espalhada pelos quatro cantos do nosso querido Estado. Oxalá todos os 853 Municípios pudessem sintonizar a TV Assembléia para que essa aproximação tão sonhada, uma luta nossa, deste Deputado e do seu partido, o PHS, assim como dos demais Deputados desta Casa, surtisse maior efeito. Julgamos fundamental esse maior envolvimento da sociedade, essa maior participação popular, num momento político significativo para Minas. Eu e o Deputado João Leite somos colegas na Comissão de Participação Popular e temos realizado várias reuniões especiais e audiências públicas com o intuito de atrair todos os segmentos da sociedade para discussão das matérias tão relevantes debatidas nesta Casa.

Esta data antecede o Dia Nacional de Combate à Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, tema a propósito do qual hoje tivemos o lançamento de um programa pelo Governador Aécio Neves. No domingo, dia 18, toda a sociedade deve mobilizar-se para debater e manifestar-se sobre tema tão importante e presente em nossa realidade social e sofrida, em razão das desigualdades e das discrepâncias de educação, de saúde, de condições financeiras e econômicas de nossa população.

Em Belo Horizonte, na orla da Lagoa da Pampulha, haverá, das 9 às 12 horas, uma grande mobilização que contará com a participação de várias ONGs, escolas públicas e particulares, enfim, várias entidades. Fica aqui o convite a todos para que participem desse movimento, já que, somente este ano, foram denunciados 5.900 casos de abuso sexual. Não dá para fecharmos os olhos diante dessa situação. Sabemos que a sociedade poderá dar uma ajuda fundamental.

Vejamos o que diz o art. 227 da Constituição Federal: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Sr. Presidente, como participantes da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, queremos levantar essa bandeira junto aos demais Deputados, ao governo do Estado e, sobretudo, à sociedade. No momento, assistimos a tantos debates e polêmicas, até no que se refere à sucessão à Prefeitura de Belo Horizonte, bem como de outras cidades do Estado. Em Belo Horizonte temos de discutir a participação de todos os segmentos da sociedade nas decisões que precisam ser tomadas para o crescimento, desenvolvimento e melhoria da cidade. Não tenho dúvida de que a participação popular é o caminho mais rápido e mais lógico para que a administração pública tenha eficiência e eficácia. Não basta ter eficiência, ou seja, não basta dispor de bons gestores, o que, aliás, parece estar faltando na Prefeitura de Belo Horizonte, no que tange ao segundo e terceiro escalões. Refiro-me a técnicos que possam avaliar e produzir com mais eficiência propostas para a cidade. Todavia, é preciso pensar também na eficácia, ou seja, no resultado que a administração pode gerar quando as ações vão ao encontro das necessidades da população. Só quem convive com a população, quem vive em determinada sociedade, quem visita todas as áreas de uma Capital ou de uma cidade do interior percebe as verdadeiras necessidades das pessoas. A partir disso, poderá fazer com que a eficiência se transforme em eficácia. E a eficácia acontece quando a administração produz resultados que beneficiem verdadeiramente toda a sociedade.

Uma das principais mobilizações que acontecem atualmente é aquela que envolve a luta pela família. Hoje é o Dia da Família, data que nos foi muito bem lembrada pelo Deputado João Leite. Como família e como concidadãos - consideramos concidadãos como irmãos -, precisamos ter mais consciência cidadã, mais responsabilidade e maior envolvimento com as causas da população, sobretudo dos mais pobres e marginalizados. Temos de atuar como protagonistas de mudanças reais em nossa sociedade. Só quem sofre com problemas, dificuldades, enfermidades, só quem luta por atendimento à saúde, para criar um filho, para retirá-lo do caminho das drogas e levá-lo à escola poderá ajudar o poder público a solucionar os problemas.

Temos muitos problemas, entre os quais cita-se o abuso sexual, a exploração de crianças. Não é novidade a grande ligação que tenho com a

querida Jocélia Leão, mãe de Míriam Brandão, criança que foi barbaramente assassinada há 15 anos.

Temos levantado a bandeira em combate a todo tipo de violência contra as crianças, mas também na família, na sociedade. Todos somos responsáveis por construir uma sociedade mais pacífica, fraterna e participativa.

Portanto, Sr. Presidente, quero aproveitar o dia de hoje, o Dia Internacional da Família, que antecede o dia 18 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para convocar nossos amigos, nobres pares Deputados, e também toda a população de Belo Horizonte, de maneira particular, Capital onde habitamos e onde haverá essa grande mobilização, na orla da Lagoa da Pampulha.

Eu, como Vice-Presidente da Comissão de Participação Popular, Sr. Presidente, não tenho poupado esforços para apresentar requerimentos que visem justamente à participação de todos os segmentos nas discussões desta Casa e dos interesses da nossa sociedade. No curso de especialização em Poder Legislativo, do qual sou aluno pela PUC e pela Escola do Legislativo, para minha monografia, estou desenvolvendo a tese sobre a participação popular durante a elaboração e a tramitação dos projetos de lei, sua eficácia e aplicabilidade.

Portanto, Sr. Presidente, tenho apresentado esses requerimentos, como o fiz agora, pedindo que seja feita a divulgação maciça das audiências públicas a serem realizadas na Comissão de Participação Popular e demais comissões, no intuito de tornar mais conhecidas a realidade que debatemos aqui, como representantes de nossa sociedade. Muito obrigado.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva; Deputado Ademir Lucas, meu Líder; telespectadores da TV Assembléia, gostaria de me manifestar neste dia tão importante, Dia Internacional da Família, em tempos de ataques tão terríveis a essa instituição fundamental para o equilíbrio da nossa sociedade e para a construção de nosso país. Nós, que integramos a Frente Parlamentar em Defesa da Família, estamos atentos, e hoje mesmo houve o lançamento desse grande programa do governo do Estado de Minas Gerais, com a Assembléia Legislativa e diversas entidades empresariais, de luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Saúdo também o assistente social pelo seu dia.

Novamente desejo tratar do assunto da BR-040. Na visita que fizemos a essa BR no trecho até Conselheiro Lafaiete, chamou-nos a atenção o grande número de faixas com os seguintes dizeres: "Presidente Lula, o pior não são os carros quebrados; o pior são as vidas perdidas". Diria também que, além das vidas perdidas, há aqueles que adquiriram seqüelas permanentes e deficiências por causa da insegurança nesse trecho da BR-040.

Ontem, falei a respeito de vários trechos da estrada, dos buracos e do excesso de peso na via. Hoje, quero discutir as críticas que os Deputados Estaduais receberam de alguns jornalistas pela nossa ida à BR-040. Disseram que os Deputados Estaduais não teriam competência para fiscalizar a situação da BR-040. Discordo totalmente e creio que uma afirmativa dessas não ajuda em algo tão importante como a educação. Talvez aquele que fez a crítica tenha imaginado que nós deveríamos ficar assentados no Plenário da Assembléia, aguardando que algum Deputado Federal fizesse uma visita ao trecho, fiscalizasse e constatasse que a situação da via é precária e traz risco para a população brasileira. Não concordo, e creio que uma afirmativa como essa só desconstrói, e não ajuda a educar o povo brasileiro. Será que o Parlamento mineiro não tem competência para fiscalizar uma via federal em nosso Estado? Será que o Parlamento mineiro, conhecendo a situação e sendo permanentemente provocado por causa dos acidentes e das mortes que ocorrem na BR-040, deveria ficar quieto? Não deveria agir? Ao contrário do que queriam esses críticos, fomos àquele trecho e flagramos a situação de risco para a nossa população. Com a ajuda da Polícia Rodoviária Federal, flagramos os caminhões com excesso de peso. Disseram-nos os próprios caminhoneiros que essa é a ponta do "iceberg", já que todos ali trafegam com excesso de peso. Fomos ao Ministério Público Federal e ajuizamos ação civil pública contra o DNIT. Ora, deveríamos ficar quietos? Não deveríamos agir? Isso não ajuda em nada a educar a nossa população. Podemos, sim, aliás devemos, fiscalizar e cuidar da população de Minas Gerais. Se os Deputados desta Casa não o fizessem, o povo, que tem autoridade para cobrar, deveria fazê-lo. Aliás, o povo está-se organizando naquela via: já há associações e ONGs que, por causa da dor, do choro e das mortes decorrentes dos diversos acidentes, se organizaram e vão fechar a rodovia.

Ontem, repito, em resposta ao Procurador-Chefe da República, Dr. Tarcísio Henriques, que me perguntou se eu queria que ele fechasse a rodovia, disse-lhe: "Não precisa; o povo vai fechá-la, Procurador. De fato, o senhor não precisa fazer isso porque o povo, que já não agüenta a situação, vai fechar a rodovia".

Então, essas críticas não ajudam a construir nada, até porque, se os Deputados não agirem, o povo vai agir, vai-se manifestar e reivindicar, como está fazendo neste momento.

É interessante observarmos o que diz o Código de Trânsito Brasileiro: "Art. 1º - O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 2º - O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito".

Ou seja, é direito da população brasileira, daqueles que se utilizam da BR-040 indo de Belo Horizonte a Conselheiro Lafaiete, de Carandaí e Barbacena ao Rio de Janeiro, ou, em outra direção, do Trevão a Felixlândia, para Brasília, trecho que também está em situação precária. É um direito, uma lei, um código; isso é forte. E os Deputados desta Assembléia têm, sim, competência para, em nome do povo de Minas Gerais, exigir que sejam feitas as reparações; que a fiscalização seja feita e que já não se permita o que vimos lá: caminhões transitando com excesso de peso, sem fiscalização, sem balanças para controle.

Ora, no § 3º do art. 1º do Código de Trânsito Brasileiro diz-se que: "Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro".

Está na peça que eu e os Deputados Fábio Avelar e Juninho Araújo encaminhamos ontem ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais.

Impressiona-nos também que o próprio DNIT fala, em seu "site", das péssimas condições em que se encontra a estrada por ele administrada.

Isso não impediu que esse trecho de Belo Horizonte até Conselheiro Lafaiete, que teve o contrato de conservação e manutenção da via expirado em outubro, não tivesse o contrato renovado até ontem. Temos, então, aquela situação lamentável na via.

Por isso, chegamos agora a algo que estarecerá os críticos dos Deputados Estaduais, os críticos da Assembléia Legislativa, que se preocupou com uma rodovia federal. As associações e as organizações vão-se encontrar na curva do Ribeirão do Eixo, irão fechar a BR-040.

É isso o que queríamos? É isso o que a Assembléia deseja? De maneira alguma. Queremos a BR-040 aberta para o trânsito dos produtos, das pessoas, mas as associações, aqueles que moram ali e utilizam a via já não suportam, já não agüentam. Vêem que não há possibilidade nenhuma de intervenção do governo federal na via. Não há contrato, não há balanças para pesar o excesso de carga e não há número de policiais rodoviários federais para cuidar da via. A população já não agüenta, acabou a paciência. Já não agüenta enterrar os seus parentes, os seus amigos, os seus conterrâneos, os seus colegas de trabalho, que utilizam a BR-040 e estão morrendo ali. Já não agüentam acompanhar os seus parentes aos hospitais para tratamento. Enquanto isso, temos um governo federal rigorosamente insensível a essa dor.

Por isso, os críticos da Assembléia que achavam que os Deputados não teriam competência para fazer uma fiscalização na via federal verão agora não os Deputados fiscalizarem, mas o povo fechar a via, exercendo algo que é totalmente reconhecido pela nossa Constituição e até pelo Código de Trânsito Brasileiro. O povo vai para a via, vai fechar uma via importante que liga a Capital Federal a Belo Horizonte e ao Rio de Janeiro. E os críticos da ida dos Deputados a uma rodovia federal verão as pessoas que moram ao longo da BR-040 na pista pararem as grandes carretas, que não são paradas pela fiscalização, que não são colocadas numa balança, porque todas as balanças estão desativadas.

O Procurador-Chefe da República nos relatou ontem que já está ajuizada uma ação civil pública para a abertura imediata de todas as balanças, para que os caminhões sejam pesados. Até agora, absolutamente nada foi feito.

De acordo com os críticos, temos de cruzar os braços e, como Deputados, não poderíamos ir a uma rodovia federal; deveríamos aguardar um Deputado Federal. Pois o povo não irá esperar o Deputado Federal, os jornalistas e a Assembléia. O povo irá para a via fechá-la e interrompê-la. Por algum momento, na BR-040, de Belo Horizonte a Conselheiro Lafaiete, as pessoas terão o sentimento de que não irão acontecer acidentes porque a via estará parada, os caminhões com excesso de peso não estarão transitando e as pessoas estarão seguras. Os que utilizam a curva do Ribeirão do Eixo saberão que não acontecerá acidente ali, que um caminhão não deslizará naquele momento.

No muro perto do Viaduto das Almas, saberão também que não ocorrerá um acidente naquele trecho onde uma pista sumiu enquanto a rodovia estiver parada; aliás, nem em cima do Viaduto das Almas, onde há 12 buracos, nem onde os caminhões deixam a estrada de Belo Vale e entram na BR-040, provocando 58 buracos em 2km. Não veremos o povo ir às ruas, mas sim à estrada para cobrar do governo federal e do DNIT a sua responsabilidade prevista na Constituição e no Código de Trânsito Brasileiro - aliás, um governo totalmente ausente da dor do povo de Minas Gerais. Estaremos aqui, Sr. Presidente, todos os dias, lembrando ao Presidente Lula que as pessoas estão morrendo na BR-040 e que queremos duplicação já e obras para salvar vidas. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade de poder falar sob a Presidência do Deputado Ademir Lucas, homem experiente, competente e que, ao longo dos anos, tem provado ser um dos grandes esteios da política mineira. Além disso, ao Deputado João Leite por esse trabalho em defesa da BR-040. Comporemos essa frente parlamentar que está sendo formada. Talvez, por ser muito criterioso, o Deputado João Leite não tenha dito que qualquer cidadão tem o direito de fiscalizar as obras federais; não tem de ser o Deputado Estadual, o Deputado Federal ou o Vereador. Na verdade, o que acontece no Brasil é que a Nação é uma ficção jurídica, o Estado é uma ficção jurídica, e a única realidade é o Município. Nós representamos aqui os Municípios. Então, a sua defesa está absolutamente correta.

Aproveito este espaço para cumprimentar o ex-Deputado Federal Vittorio Medioli pela seqüência de bons artigos que tem publicado no jornal "O Tempo", especialmente pelo artigo de hoje, em que diz que, para ser bom político e representante do povo, não há necessidade de fazer reverência servil; para ser bom companheiro, não se deve ser servil, mas sim ter "altaneiridade" para dizer onde se está acertando e errando. Lembro aqui quando Tancredo Neves dizia - aliás, o Ademir sabe disso, pois vivávamos juntos naquela campanha de 1982, quase impossível de vencer - que político que tem medo de vaia não deve ir à rua; quem tem medo de vaia não vai à luta, à disputa.

Essas coisas nos põem numa posição um pouco diferenciada. Quando tratamos aqui de assuntos que as pessoas pensam não serem pertinentes ou utilizamos esta tribuna, às vezes, para defender o Governador Aécio Neves sem deixar de criticar o erro dessa ou daquela entidade ou Secretaria, estamos sendo verdadeiros companheiros, pois estamos mostrando os erros. Da mesma forma, quando falamos bem das iniciativas do Presidente Lula ou mostramos seus erros.

Não disse aqui, mas pretendia fazer um discurso sobre esse pacote que saiu agora da nova política industrial. As pessoas assistem a isso no jornal ou na televisão, que parece bastante bonito, mas, quando alguém que entende um pouco de economia vai fazer as contas na ponta do lápis, verifica que haverá uma redução tributária de 0,2% ao ano até 2012.

Isso não satisfaz a necessidade da economia, não resolve o problema, é apenas "marketing" político. Vejo com bons olhos hoje uma guinada ferroviária que está acontecendo, pelo menos na conversa. No ano passado, quando cheguei aqui e comecei a falar sobre ferrovia, sobre a reconstrução da Estrada de Ferro Bahia-Minas na região do Mucuri, de Caravelas, na Bahia, até Araçuaí, no miolo do Vale do Jequitinhonha, alguns amigos disseram que eu estava falando bobagem, pois a tendência brasileira era o rodoviarismo, "vamos falar só de rodovia, rodovia, rodovia". Eu disse que não havia nenhuma tendência, nem rodovia, nem porto, nem aeroporto, nem ferrovia. Não estamos fazendo nada. O PAC da infra-estrutura empacou de tal jeito que não funciona nem uma coisa nem outra.

Mas vejo com bons olhos, por exemplo, a notícia de que teremos um trem diferenciado, uma linha saindo de Belo Horizonte para São Paulo e Curitiba, de 1.150km. Isso é bom. Um plano nacional de viação começa a lançar essa idéia. Vemos que foi discutido há cerca de três meses, parece que é até uma decisão de governo, uma PPP para construir o trem-bala do Rio a São Paulo. Isso é excelente, magnífico. Mas, de todas essas intenções e conversas, vejo com mais interesse a decisão de Minas, que teve até o beneplácito do Planalto, de fazer PPP para resolver essa novela do metrô de Belo Horizonte.

Por que faço essa menção? Pela coragem, determinação e visão clara do Governador Aécio Neves em ir lá e dizer: "Vamos acabar de uma vez por todas com essa conversa, vamos tentar resolver o problema. Teremos uma Copa do Mundo, e Belo Horizonte a sediará no Mineirão, que será reformado. Queremos que, quando houver a Copa do Mundo, Belo Horizonte não esteja nesse grande caos de trânsito que está". O Governador vai lá e propõe - graças a Deus, o Presidente aceitou - a PPP para as novas linhas, os novos ramais do metrô, o trem metropolitano de Belo Horizonte. É importante destacar o que está acontecendo.

No aspecto ferroviário, leva-se em conta que o Brasil possui um atraso de, no mínimo, 100 anos. Quando falamos que é preciso pensar, falar e buscar uma saída para se ter uma estrada de ferro ligando o Sul da Bahia, o Norte do Espírito Santo, o Nordeste, o Norte e o Noroeste mineiro, região mais pobre de Minas, nós o fazemos com conhecimento de causa. Sabemos o que acontece lá. Aquela região possui um potencial fantástico de mineração, que não pode ser explorado por ausência de uma ferrovia, de um transporte pesado mais barato. Continuamos com essa luta.

Reportando-me à idéia da concessão de serviço público, lembrando que o Estado brasileiro, os governos federal e estaduais não têm dinheiro suficiente para construir com a rapidez necessária toda a infra-estrutura de que precisamos. A idéia não é nova. Lembro-me - talvez o meu Presidente Deputado Ademir Lucas também se lembre - de que, quando Luiz Leal, em 1986, 1987, ocupava a Secretaria de Interior e Justiça, que era responsável naquela época pelos presídios, fez a primeira proposta de PPP para construir presídios. Hoje estamos vendo que a Secretaria de Defesa Social - vão aqui os meus cumprimentos ao Secretário Maurício Campos - começa a colocar tornozadeira eletrônica nos

presos. Essa é uma forma de limpar o presídio, tirar gente que não deveria estar lá, que poderia estar em casa controlado. Que eu conheça, e estou trabalhando em governo desde 1982, nunca nenhum governo construiu tantos presídios, abriu tantas vagas como o governo Aécio Neves. Mas isso não resolverá o problema, pois, a cada 150 presos liberados, entram mais 300 condenados. Na minha região há mais de 1.500 mandados de prisão sem cumprir porque não há espaço para o pessoal na cadeia.

Quando se fala em criminalidade, fala-se também na questão social e na pobreza, e, sim, eles têm razão. Mas, se não colocarmos na cadeia todas as pessoas - devem ultrapassar 500 mil em todo o Brasil - que já estão condenadas, com mandado de prisão e que não são presas porque não há espaço nas cadeias, fica difícil. Minas está dando exemplo para o Brasil, estamos resolvendo o problema paulatinamente, mas não se resolverá de uma vez.

Fiz questão de pegar em casa coisas antigas nos meus guardados. Peguei uma fita de videocassete e a transpuse para DVD. Trata-se de entrevistas da época mostrando a idéia da privatização dos presídios. Como a privatização foi proposta naquela oportunidade? À época, o Hélio Costa estava como correspondente da Rede Globo nos Estados Unidos e fez uma reportagem sobre os presídios. Lá, o malandro pobre, o ladrão pobre, o assassino pobre vai para uma cadeia comum, normal, aquela para quem não pode pagar. Vamos dizer que seja uma pensão com quatro ou cinco refeições ao dia, uma boa cama, enfim, um bom lugar. Mas os que podem pagar entrariam em um hotel de uma, duas, três, quatro ou cinco estrelas, de acordo com sua capacidade de pagamento. E os empresários constroem os presídios, e o cidadão, além da pena de reclusão, tem a pena pecuniária para pagar o custo da sua prisão.

É um absurdo. O salário mínimo é de R\$415,00, e sabemos que se gastam R\$1.800,00 para se manter um preso na cadeia. Alguém teria de pagar por isso. A legislação penal brasileira tem de ser alterada para aplicar a pena pecuniária da manutenção do preso na cadeia por sua própria conta. Se ele tem patrimônio, receita, renda, teria de pagar. Em uma semana, Fernandinho Beira-Mar gastou R\$260.000,00, de passeio de avião para lá e para cá. É um absurdo termos de pagar o custo da prisão de quem matou e roubou.

A solução das PPPs para os presídios que está sendo estudada pelo Secretário de Defesa Social foi estudada em 1986 e 1987. Portanto, há mais de 20 anos a idéia está por aí, mas ninguém a colocava em prática. Só espero que não fiquemos apenas na conversa, que o Secretário Maurício Campos cumpra a determinação do Governador Aécio Neves de buscar a solução para aumentar rapidamente o número de vagas nos presídios, sobretudo nas penitenciárias, para que possamos eliminar de uma vez por todas os problemas.

Acredito, Deputado Ademir Lucas, que precisaremos conversar com os Deputados Federais - já estivemos lá - para buscar o entendimento. Temos de mudar o Código Penal e o Código de Processo Penal. Algumas alterações interessantes estão sendo propostas, mas é preciso acelerar isso. O cidadão que faz mal à sociedade tem de pagar a ela de alguma forma. Tem de haver a contrapartida. Não é possível que o governo tenha de gastar 10%, 15% ou 20% do seu Orçamento construindo cadeias, presídios, preocupando-se com o problema da segurança, quando esse problema deveria ser pago pelas pessoas que fizeram mal à sociedade.

Então, essa é uma idéia que aplaudo. Cumprimento ao governo do Estado pela aceleração da PPP. Outro dia citei o problema de Belo Horizonte. Essa cidade ficará inviável se não houver estímulo para estacionamento. A caixa das ruas e das avenidas não cabe o volume de carros, enquanto se estaciona à esquerda ou à direita. Faz-se necessário encontrar formas de estacionamento. E essa forma não é um estacionamento privado, de R\$3,50, R\$4,00 ou R\$5,00 por hora. O valor seria um pouco mais baixo, tabelado pelo governo. O governo deve permitir que se construa estacionamento debaixo das ruas, debaixo dos prédios, que se abra à PPP, como foi feito na Argentina. Lá, nas grandes avenidas, ninguém estaciona de um lado ou de outro, desce e estaciona debaixo da rua. Aqui, na Praça da Liberdade, a situação está ficando inviável, esperamos que se construa estacionamento debaixo dela. Se conceder a empreitada à iniciativa privada, o projeto acontecerá, porque o regimento viria.

Quando falam que o processo seria muito alto, mostro aqui a privatização recente das rodovias federais, em que se estimava um pedágio da ordem de R\$6,00 a R\$8,00, e empresas estrangeiras, principalmente as espanholas, chegaram ao Brasil e ofereceram R\$0,67 de pedágio. Quando achamos que não é possível fazer algo, é porque ainda estamos com teia de aranha na cabeça, não olhamos para a frente, para as perspectivas e possibilidades, e a parceria público-privada é uma das iniciativas mais louváveis. Minas fez a primeira lei estadual de parceria público-privada, mas não avançou tanto quanto queríamos.

Este meu pronunciamento de hoje é para cumprimentar o Secretário de Defesa Social Maurício Campos pela idéia de colocar em prática a parceria público-privada, cumprimentar o Governador, por ter ido a Brasília, porque o metrô ainda é de propriedade do governo federal, dentro da cidade de Belo Horizonte, o que acho absurdo. Tinha de municipalizar-se ou estadualizar-se o metrô, para haver um responsável direto, mais próximo do povo, para resolver o problema. Tenho certeza absoluta de que, se decidissem estadualizar, entregar para o governo do Estado o metrô de Belo Horizonte, teríamos a privatização, e isso aconteceria rapidamente.

Essas preocupações, caro Presidente Deputado Ademir Lucas, também cabem a Contagem e a Betim, que estão tão ligadas umbilicalmente que viraram uma cidade só. Então essas são soluções que precisam ser tentadas. São soluções que podem ser tentadas também para a ferrovia, a antiga estrada de ferro Bahia-Minas, de 575km de extensão, que até hoje não tem uma solução do governo. Tenho certeza que, se o governo do Estado nos autorizar, teremos pessoas, entidades e empresas interessadas na construção da estrada de ferro. Veja, Sr. Presidente, não só em Minas. Já conversei com o Governador da Bahia e com Deputados de lá. Se derem a concessão em Minas Gerais, arranco a concessão também no Estado da Bahia, vou lá e consigo isso. Façam em duas concessões, uma no Estado da Bahia e outra em Minas, mas vamos dar oportunidade ao Nordeste mineiro de ter acesso ao progresso e ao desenvolvimento. Sem estrada de ferro, não há saída para a estruturação econômica do Nordeste, do Norte e do Noroeste de Minas Gerais. Para que sejamos incluídos e não sejamos eternamente um peso nas costas do governo de Minas e do governo federal, precisamos da oportunidade de ter a nossa estrada de ferro. Este é o nosso apelo: que o governo do Estado nos permita fazer a concessão ou a parceria público-privada para a reconstrução da estrada de ferro Bahia-Minas.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 19/5/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Willian Lopes Valadão do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Hevenise dos Reis para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93,

1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Ivana Eulário da Silveira Musa para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Therezinho Irineu Bitencourt de Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 10/6/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço, tendo como finalidade a aquisição de 1 veículo sedan.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou, gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Centro de Educação Infantil Estrelinha do Céu, no Município de Sarzedo. Objeto: doação de 1 microcomputador e 1 impressora. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Salem Serviços Ltda. Objeto: serviço de transporte urbano de pequenas cargas e encomendas, por meio de quatro motocicletas equipadas com baú. Vigência: 12 meses prorrogáveis na forma da lei. Dotação orçamentária: 33903900. Licitação: Pregão Eletrônico nº 2/2008.

#### ERRATA

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/5/2008

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 17/5/2008, na pág. 85, col. 3, sob o título 'OFÍCIOS', onde se lê:

"Da Sra. Joisa Campanher Dutra Saraiva, Diretora da Aneel, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.080/2008, do Deputado Walter Tosta", leia-se:

"Da Sra. Joisa Campanher Dutra Saraiva, Diretora da Aneel, notificando, em atenção ao Requerimento nº 2.080/2008, do Deputado Weliton Prado, que essa Agência, em reunião pública extraordinária, em 7/4/2008, deliberou a respeito do processo da segunda revisão tarifária da Cemig-D, que resultou em redução média de 12,24% para os consumidores, salientando que as novas tarifas entraram em vigor em 8/4/2008."